

SINASEFE

30 ANOS DE LUTA,
DE DETERMINAÇÃO E GARRA,
POR VOCÊ E POR NOSSOS DIREITOS.



FILIADO À



O SINASEFE trintou. Assim como a Constituição Federal, a entidade completa três décadas de história. E lançamos esta revista que você está lendo para comemorar esse aniversário.

Em outras oportunidades, fizemos publicações parecidas: tivemos a revista dos 20 anos e o livreto dos 25 anos. Então o que haveria de novo para ser contado?

Trazemos aqui um histórico do SINASEFE, analisando o que é o sindicato hoje e como ele surgiu, a partir da antiga Fenasefe.

Atualizamos a trajetória das principais lutas travadas pelos servidores públicos federais e, em especial, os da Rede Federal de Educação, com o histórico de todas as greves que existiram de 1980 até 2017. Foram delas que saíram as principais conquistas da categoria.

Fizemos um novo cronograma dos principais fóruns da entidade, as PLENAs e os CONSI- NASEFEs, demarcando a partir das deliberações de cada Congresso como o sindicato foi sendo moldado à forma que tem agora.

E se queremos contar a história do que foram as lutas do SINASEFE e dos educadores da Rede Federal nos últimos 30 anos, qual forma melhor do que passar essa bola para quem esteve nelas? Na seção de artigos, 11 sindicalizados e sindicalizadas e uma funcionária assumem esta tarefa, e falam dos principais momentos que vivenciaram dentro do SINASEFE.

O SINASEFE atravessou três décadas. Teve durante todos esses anos autonomia e independência para lutar contra seis Presidentes e uma Presidenta da República. Passamos por um impeachment em 1992 e um golpe de Estado em 2016. Houve momentos de conquistas e houve momentos de dificuldades. Talvez o mais difícil desses momentos esteja para se iniciar: a resistência ao neofascismo.

O SINASEFE sempre foi a sua base e sempre confiou nela para superar as adversidades em seu caminho. E essa confiança na base, ano após ano, apenas se renovou. Este sindicato sabe do tamanho do desafio e da responsabilidade que terá pela frente, e confia na maturidade que adquiriu – enquanto entidade classista representativa – para enfrentá-los.

Se você está no SINASEFE, obrigado por esses 30 anos. Se você ainda não está, filie-se e receba nossas boas-vindas. Essa entidade é sua e de todos os trabalhadores e trabalhadoras da Rede Federal de Educação. O SINASEFE necessita da sua participação e da sua militância para fazer mais do que simplesmente “sobreviver” aos próximos quatro anos: esta entidade precisa de você na luta para construir a emancipação de todos e de todas e para edificar uma nova sociedade, que seja justa, fraterna, igualitária e socialista!



- 4** Quem é o SINASEFE?
- 5** Uma transição na organização dos trabalhadores e trabalhadoras da nossa Rede
- 7** Os CONSINASEFEs
- 14** PLENAs e outros eventos
- 16** Greves
- 25** Que venham os próximos 30 anos
- 26** Artigos
- 27** E a luta continua! (Elenira Vilela)
- 32** O SINASEFE, o movimento sindical e a luta dos trabalhadores pela democracia (Fabiano Faria)
- 34** As lutas do SINASEFE nos últimos 30 anos (Ivo da Silva)
- 36** Memória: SINASEFE é as lutas constantes (José Xavier Filho)
- 40** As lutas do SINASEFE nos últimos 30 anos (Lúcia Ferreira)
- 41** As lutas do SINASEFE nos últimos 30 anos (Lucrécia Helena)
- 42** A experiência histórica de unificação da luta (Manoel Porto)
- 44** SINASEFE: avanços e retrocessos (Marcos Dorval)
- 46** A contribuição do SINASEFE para a construção da política pública de EPT no Brasil (Marcos Neves)
- 48** As lutas do SINASEFE nos últimos 30 anos (Ricardo Eugênio)
- 50** 30 anos de luta e organização dos trabalhadores da educação (Ricardo Velho)
- 53** Um sindicato que unifica e organiza a luta dos trabalhadores e das trabalhadoras no local de trabalho (William Carvalho)
- 56** Expediente

QUEM É O SINASEFE?

**NÓS SOMOS O SINASEFE: EU QUE ESCREVO E VOCÊ QUE LÊ
CONSTRUÍMOS A MESMA ENTIDADE!**

Em 2018 o SINASEFE completa 30 anos de existência e de lutas. Nosso sindicato nacional está entre as 10 primeiras entidades classistas que receberam, após a promulgação da Constituição de 1988, a sua Carta Sindical. É marcadamente uma das organizações sindicais que se mantém no protagonismo político, desempenhando um papel importante no contexto educacional e de representação autônoma dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação e do serviço público federal.

Ao longo dessas três décadas, travamos longos e necessários enfrentamentos com os governos federais. Nem sempre obtivemos os resultados que gostaríamos, mas que sempre fizemos o máximo e o melhor possível para representar de forma coerente e combativa os interesses da categoria. Sem estes embates, talvez não fosse possível possuir ainda uma Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, principalmente no que se refere à oferta de cursos gratuitos à sociedade.

Realizamos greves, marchas a Brasília-DF, acampamentos e atos públicos. Participamos da construção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) durante o seu momento de maior representatividade; hoje construímos a CSP-Conlutas, depois de termos tido papel preponderante no surgimento de uma alternativa sindical e popular, na época definida como Conlutas. Fortalecemos a Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNEFSF), principal responsável pela organização e articulação entre os servidores federais durante os governos de Itamar Franco e de Fernando Henrique Cardoso, períodos em que sofremos ataques muito intensos aos nossos direitos. Também fazemos parte da Confederação de Educadores Americanos (CEA), assim como o conjunto das demais entidades da educação federal.

Modernizamos nosso modelo de gestão, trocando a verticalização da representação e do poder das direções por uma estrutura horizontal e co-



legiada. Promovemos, enquanto instrumentos de organização e mobilização da base, bem como de definição da nossa política, Seminários Nacionais de Educação (SNEs); Seminários Regionais sobre Precarização da Expansão da Rede; Grupos de Trabalho (GTs) sobre Carreira, Aposentadoria, Educação, Gênero e contra todas as formas de discriminação; Encontros Regionais; Encontros Jurídicos (ECJURs); Encontros de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social (ENAASSs); Cursos de Formação; e mais recentemente o Encontro de Comunicação (ECOS) e o Encontro Nacional de Mulheres (ENMS). Valorizamos nossas instâncias deliberativas, incentivando as presenças das bases nos Congressos do SINASE-

FE (CONSINASEFEs) e nas Plenárias Nacionais (PLENAs): um sindicato só é forte quando seus sindicalizados e sindicalizadas estão presentes em suas decisões!

Todas as ações do SINASEFE tiveram, até hoje, o mesmo conjunto de motivações: a representação dos trabalhadores e trabalhadoras da educação e serviços públicos federais; e os enfrentamentos em defesa do conjunto da classe trabalhadora e suas históricas bandeiras de luta.

Justamente por isso, nestes 30 anos de trajetória, o SINASEFE revisita a sua história lançando esta publicação como forma de rememorar nossas lutas, trazer lembranças dos mais antigos e reafirmar a identidade do SINASEFE junto aos mais jovens da nossa Rede.

UMA TRANSIÇÃO

NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA NOSSA REDE: DAS ASSOCIAÇÕES DE SERVIDORES, PASSANDO PELA FENASEFE, ATÉ O ATUAL SINDICATO NACIONAL

O SINASEFE representa, de maneira legítima e legal, as trabalhadoras e os trabalhadores (docentes e técnico-administrativos em educação) da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, composta por mais de 640 unidades de ensino e estruturada nos Institutos Federais, Cefets, Colégio Pedro II, Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa e Escolas Especializadas (Ines e IBC), além dos servidores dos Ex-Territórios Federais. São mais de 67 mil servidores e servidoras na base representada por nosso sindicato nacional, com aproximadamente 28.600 filiados e filiadas – cerca de 43% de servidores que autorizaram espontanea-

mente seus descontos em folha –, espalhados pelas cinco regiões do Brasil e organizados na base pelas nossas 95 seções sindicais.

O SINASEFE tem 30 anos de existência enquanto sindicato nacional, mas sua história começa muito antes de 11 de novembro de 1988. Já durante a ditadura militar, quando os servidores públicos não podiam se filiar a sindicatos, os trabalhadores e trabalhadoras das Escolas Técnicas e Agrotécnicas se organizavam em associações, as quais acabaram se transformando em um embrião sindical, aglutinando e fomentando as bases quanto às demandas políticas da categoria. Essas diversas associações, oriundas das bases de cada Escola Téc-



nica e Agrotécnica, articularam-se nacionalmente e criaram em meados da década de 80 a Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (Fenasefe).

Em 1986, a Fenasefe já debatia a possibilidade de criação de uma carreira específica dos trabalhadores e trabalhadoras da Rede Federal, em conjunto com as demais organizações de servidores federais da educação: Andef, Andes (representações docentes) e Fasubra (representação dos técnico-administrativos). Em 1987 a Fenasefe participou da construção da Lei 7.596, publicada em abril, que estabelecia um plano de cargos e salários para

docentes e um plano de cargos e salários para mais de 350 cargos da área técnica-administrativa das Instituições Federais de Ensino (IFEs). No mesmo ano, o Decreto-Lei 2.382 estendeu aos docentes civis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa suas inclusões neste plano.

Em 1988, com a promulgação de uma nova Constituição Federal, veio o direito de organização sindical para os servidores públicos civis de todos os poderes e esferas de governo. A partir das demandas e da necessidade de aprofundar ainda mais organização e a luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da educação básica e profissional



da Rede Federal, as bases que construíam a Fenasefe optaram pela construção de uma organização que pudesse cumprir esta tarefa. Esse desejo se multiplicou rapidamente e levou a categoria, reunida em Salvador-BA, no Encontro Nacional das Associações de Servidores das Escolas Federais de 1º e 2º graus, a transformar a antiga Fenasefe no Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE).

Aquele Encontro Nacional da Fenasefe, realizado logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ratificou a vontade da base, aprovando a transformação da federação em sindicato nacional e validando o seu primeiro estatuto.

A primeira diretoria do SINASEFE – em caráter provisório – foi composta pela diretoria que estava

em exercício na Fenasefe. A partir daí vieram os primeiros anos de vida, dedicados à estruturação da entidade. Em 1990, com as primeiras seções sindicais já organizadas e com o natural amadurecimento do SINASEFE enquanto ferramenta de luta dos trabalhadores e trabalhadoras, foi realizado o primeiro Congresso do sindicato nacional (CON-SINASEFE), tendo Natal-RN como sede e elegendado pela primeira vez uma Diretoria Executiva (DE) para a entidade.

Passaram pela DE (em regime presidencialista) e hoje Direção Nacional (DN, em formato colegiado) 15 gestões diferentes: duas em formato presidencialista e 13 colegiadas. Gerações diferentes de militantes que conduziram as lutas do sindicato nacional a partir das deliberações da base da categoria.



OS CONGRESSOS

O Congresso do SINASEFE (CONSINASEFE) é a instância máxima para deliberações do nosso sindicato nacional. As decisões aprovadas pelos delegados e delegadas presentes nos Congressos são

soberanas e podem alterar todas as decisões e posições aprovadas em outros fóruns do sindicato nacional – que são a Plenária Nacional (PLENA) e as reuniões da diretoria do SINASEFE.

O CONSINASEFE é realizado desde 1990 e teve até o momento 19 sedes diferentes. Os estados que mais receberam o fórum foram DF (10 vezes); GO (3 vezes); BA, MG, MT, RJ e RN (2 vezes). AL, AM, CE, ES, MA,

PB, SC, SE e SP sediaram nosso Congresso em uma oportunidade cada.

Quando e onde foram esses Congressos? O que marcou cada uma das suas edições? Vejamos a seguir...

1º CONGRESSO

Tema: Sindicalismo – Educação – Ecologia

Período: 30/07 a 03/08/1990

Local: Natal-RN

Destaques: Aprovou o estatuto do SINASEFE e a filiação ao Dieese.

2º CONGRESSO

Tema: Não possuiu

Período: 08 a 12/07/1991

Local: Cuiabá-MT

Destaques: Aprovou a filiação do SINASEFE à Central Única dos Trabalhadores (CUT), além do acompanhamento da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDE), orientando as seções sindicais a integrar aquele fórum nos estados.

3º CONGRESSO

Tema: Unificação

Período: 16 a 20/03/1992

Local: Aracaju-SE

Destaques: Aprovou alterações no estatuto, criando a direção colegiada. Criou o Conselho de Representantes Sindicais (CRS), que futuramente veio a ser subs-

tituído pela Plenária Nacional (PLENA). Aprovou também a participação do nosso sindicato nacional no Departamento Nacional dos Trabalhadores em Educação (DNTE) da CUT.

4º CONGRESSO

Tema: Quem luta vai à Vitória

Período: 19 a 23/07/1993

Local: Vitória-ES

Destaques: Realizou novas mudanças no estatuto do SINASEFE e convocou o 1º Congresso Eleitoral da história do SINASEFE para o mês de outubro daquele mesmo ano, em Salvador-BA.

5º CONGRESSO

Tema: Você já foi à Bahia? Não! Então vá! Lá tem Eleição. Então vá!

Período: 26 a 30/10/1993

Local: Salvador-BA

Destaques: Elegeu a primeira Direção Nacional (DN) colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 1993-1995.

6º CONGRESSO

Tema: Desenvolvimento Tecnológico x Desigualdades Sociais

Período: 19 a 23/09/1994

Local: Natal-RN

Destaques: Realizou alterações no estatuto e remeteu à PLENA (que se realizaria em dezembro daquele ano) a aprovação da proposta de “Carreira Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação”, defendida até os dias atuais como uma das principais bandeiras do SINASEFE.

7º CONGRESSO

Tema: Constituição Cidadã: Educação Tecnológica Pública, Gratuita e de Qualidade

Período: 29/05 a 02/06/1995

Local: Goiânia-GO

Destaques: Aprovou ajuda financeira aos petroleiros, que realizaram uma greve histórica contra o governo FHC naquele ano, aproximou ainda mais as relações com Sintef-GO e com o Sindscope-RJ, além de discutir mudanças estatutárias.

8º CONGRESSO

Tema: Educação Tecnológica: Uma Nova Concepção de Luta!

Período: 23 a 27/10/1995

Local: Cáceres-MT

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a segunda DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 1995-1997. Fixou o desconto estatutário de 1% sobre a remuneração para cada filiado e filiada, e priorizou o acompanhamento do projeto de LDB no Congresso Nacional.

9º CONGRESSO

Tema: Educar é Preciso!

Período: 21 a 26/10/1996

Local: Florianópolis-SC

Destaques: Aprovou a criação e realização dos Encontros Regionais do SINASEFE, pautou o trabalho em ações conjuntas com o Andes-SN e a Fasubra Sindical nas questões comuns às entidades, além de definir a posição do SINASEFE quanto às eleições paritárias para diretor geral das IFEs. Desmembrou o GT LDB em dois: GT Carreira e GT de Políticas Educacionais

e Culturais; além de criar o GT sobre Gênero, Raça e Trabalho Infantil. Aprovou o repasse de 20% dos ganhos obtidos em ações judiciais pelas seções ao SINASEFE. Este foi o Congresso que oportunizou a partir de uma mudança estatutária o ingresso dos sindicatos locais anteriormente filiados à Andef ao quadro de seções sindicais do SINASEFE.

10º CONGRESSO

Tema: Educação e Cidadania

Período: 04 a 08/08/1997

Local: Canindé-SP

Destaques: Debates sobre a conjuntura política da época dentro da temática do Congresso, além de um amplo debate sobre a necessidade de se aprofundar um projeto político alternativo ao de FHC e do PSDB para o país. Naquele Congresso houve a participação do então pré-candidato à Presidência Lula, que apresentou sua proposta para a educação profissional e para a educação pública brasileira. Também foram alterados alguns artigos estatutários, em especial o que modificou e ampliou a representação proporcional de delegados e delegadas nos CONSINASEFEs.

11º CONGRESSO

Tema: Unificar e Resistir Para Não Perecer

Período: 31/10 a 04/11/1997

Local: Ouro Preto-MG

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a terceira DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 1997-1999. Filiou o SINASEFE à Confederação de Educadores Americanos (CEA).

12º CONGRESSO

Tema: Construindo a Luta Sindical

Período: 24 a 29/11/1998

Local: Manaus-AM

Destaques: Congresso Estatuinte. Aprovou a participação das seções sindicais do SINASEFE nos conselhos estaduais e municipais da mulher; o acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE) e a campanha institucional/sindical e a luta contra o Decreto 2.208/1997 (LDB).

13º CONGRESSO

Tema: Educação: Luz na Terra dos Homens e Mulheres que Lutam

Período: 12 a 15/11/1999

Local: Fortaleza-CE

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a quarta DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 1999-2001. Último Congresso Eleitoral com sede fora do Distrito Federal. A partir desse Congresso todos aqueles que tratassem da eleição para DN e Conselho Fiscal ocorreriam em Brasília-DF e os Congressos não-eleitorais ocorreriam nas demais cidades, objetivando ampliar a participação das bases e sua aproximação ao sindicato nacional.

14º CONGRESSO

Tema: Sindicalismo e Educação: Rumos e Perspectivas no SINASEFE

Período: 02 a 06/12/2000

Local: Goiânia-GO

Destaques: Debates sobre a conjuntura política da época dentro da temática do Congresso.

15º CONGRESSO

Tema: Rumos e Perspectivas do SINASEFE

Período: 15 a 17/12/2001

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a quinta DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 2001-2003. Primeiro Congresso Eleitoral realizado em Brasília-DF.

16º CONGRESSO

Tema: Educação e Mundo do Trabalho

Período: 15 a 18/12/2002

Local: Luziânia-GO

Destaques: Debates sobre a conjuntura política da época dentro da temática do Congresso.

17º CONGRESSO

Tema: Sindicalismo Autônomo e Combativo: Os Desafios da Conjuntura Atual

Período: 10 a 14/11/2003

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a sexta DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 2003-2005. Também discutiu a temática do Congresso.

18º CONGRESSO

Tema: Os Movimentos Sociais e as Perspectivas da Esquerda no Século XXI

Período: 11 a 15/11/2004

Local: Rio de Janeiro-RJ

Destaques: Realizou alterações estatutárias, aprovou a desfiliação do SINASEFE da CUT, o fortalecimento da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) e a nova metodologia a ser utilizada nos GTs, ampliando a participação das bases.

19º CONGRESSO

Tema: Um Novo Rumo e uma Nova Direção Para a Classe Trabalhadora

Período: 13 a 16/10/2005

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a sétima DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 2005-2007.

20º CONGRESSO

Tema: Crescer na Luta: Da Ação Sindical à Mudança Social

Período: 02 a 05/11/2006

Local: Barbacena-MG

Destaques: Aprovou a filiação do SINASEFE à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), a criação de uma comissão pró-carreira docente Andes-SN/SINASEFE para elaboração de uma proposta de Carreira Única do Magistério da Rede Federal, e a regulamentação dos plantões de base na sede do SINASEFE, em Brasília-DF.

21º CONGRESSO

Tema: Avançar na Luta Contra o Neoliberalismo e Pela Educação

Período: 15 a 18/11/2007

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a oitava DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 2007-2009.

22º CONGRESSO

Período: 19 a 23/11/2008

Local: Maceió-AL

Destaques: Congresso Estatuinte. Aprovou a luta pela educação integral e a participação do SINASEFE na construção dos estatutos dos recém-criados Institutos Federais (IFs). Também aprovou a integração do SINASEFE com os movimentos sociais e estudantis na busca da construção de uma alternativa classista e de um movimento unificado contra as políticas neoliberais implementadas por Lula que davam continuidade ao modelo econômico de FHC.

23º CONGRESSO

Período: 01 a 03/05/2009

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Extraordinário Estatuinte. Alterou o número de delegados por base, garantindo pela primeira vez a proporcionalidade efetiva da representação de cada base a partir do número de seus sindicalizados e sindicalizadas, e criou o rateio solidário entre as seções sindicais para divisão das despesas nos Congressos do sindicato nacional.

24º CONGRESSO

Tema: Que Educação Queremos Para a Rede Federal de Ensino?

Período: 19 a 22/11/2009

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a nona DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 2009-2011.

25º CONGRESSO

Tema: Reorganizando a Classe Trabalhadora Frente à Crise

Período: 17 a 20/03/2011

Local: São Luís-MA

Destaques: Debates sobre a conjuntura política da época dentro da temática do Congresso.

26º CONGRESSO

Tema: Os Desafios do SINASEFE Diante da Expansão da Rede

Período: 29/03 a 01/04/2012

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a décima DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 2012-2014.

27º CONGRESSO

Tema: Unir os Trabalhadores e Trabalhadoras em Defesa da Educação Pública

Período: 06 a 09/12/2012

Local: Rio de Janeiro-RJ

Destaques: Realizou debates sobre a conjuntura política da época dentro da temática do Congresso, além de aprovar o fim da cláusula de barreira para chapas com menos de 10% do colégio eleitoral para a DN.

28º CONGRESSO

Tema: Ampliando a Unidade na Luta Contra a Precarização

Período: 27 a 30/03/2014

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a décima primeira DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 2014-2016. Também realizou uma mesa-ato e uma exposição alusiva aos 50 anos do golpe militar de 1964; e aprovou uma greve da categoria, que teve início em 21 de abril e terminou 81 dias depois, em 10 de julho daquele ano.

29º CONGRESSO

Tema: O SINASEFE e um Novo Sindicalismo Classista e de Luta

Período: 26 a 29/03/2015

Local: João Pessoa-PB

Destaques: Congresso Estatuinte. Aprovou a cota de gênero de 30% para a composição da DN nos Congressos Eleitorais, a aplicação de regra de proporcionalidade nas eleições para delegados dos CONSINASEFEs (garantindo o direito de representação das minorias) e a redução do repasse das seções sindicais ao SINASEFE para 15% do total arrecadado nas consignações.

30º CONGRESSO

Tema: Construindo uma Alternativa para a Classe Trabalhadora no Brasil e no Mundo

Período: 18 a 21/03/2016

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a décima segunda DN colegiada do SINASEFE, que ficou à frente do sindicato no biênio 2016-2018, e aprovou por aclamação a existência de creches para os filhos e filhas dos sindicalizados e sindicalizadas em todos os eventos do SINASEFE.

31º CONGRESSO

Tema: Nenhum Direito a Menos: Por Uma Educação Libertadora e Emancipadora

Período: 18 a 21/05/2017

Local: Salvador-BA

Destaques: Congresso Estatuinte. Aprovou a paridade de gênero para a composição da DN nos Congressos Eleitorais e criou o Conselho de Ética do SINASEFE, elegendo os dez primeiros conselheiros e conselheiras (cinco titulares e cinco suplentes) do mesmo para o mandato de um ano. Debateu a conjuntura no cenário pós-golpe parlamentar de Michel Temer e os ataques aos direitos históricos da classe trabalhadora, com a realização de atos públicos pela renúncia de Temer e contra o autoritarismo dos reitores do IFBA e do IF Baiano.

32º CONGRESSO

Tema: Unificar a Luta da Classe Trabalhadora Contra os Ataques do Capital

Período: 28/04 a 01/05/2018

Local: Brasília-DF

Destaques: Congresso Eleitoral: elegeu a décima terceira (e atual) DN colegiada do SINASEFE, que ficará à frente do sindicato no biênio 2018-2020, e os novos representantes do Conselho de Ética (estes para mandato de um ano). Aprovou o atual plano de lutas da categoria e reforçou os atos públicos do Dia do Trabalhador realizados em Brasília-DF.







AS PLENÁRIAS NACIONAIS

E OUTROS EVENTOS

Imediatamente abaixo do CONSINASEFE, a Plenária Nacional (PLENA) é nossa segunda maior instância deliberativa. Ela foi criada por decisão do 3º CONSINASEFE (1992, Aracaju-SE), chamando-se inicialmente Conselho de Representantes Sindicais (CRS).

A partir de 1993 passou a ser chamada de PLENA e conta até o momento com 156ª edições, tendo sido realizadas em Brasília-DF com apenas seis exceções:

1. quando da realização do 5º Congresso Nacional de Educação (Coned), a 59ª PLENA foi realizada em Recife-PE, em 3 de maio de 2004;
2. quando da realização do congresso de criação da Conlutas, a 73ª PLENA foi realizada em Sumaré-SP, no dia 4 de maio de 2006;
3. na comemoração dos 26 anos do SINASEFE, a 127ª PLENA foi realizada no Rio de Janeiro-RJ, em 29 e 30 de novembro de 2014;
4. quando das realizações da Marcha e do Encontro Nacionais dos Trabalhadores e Trabalhadoras, a 136ª PLENA foi realizada em São Paulo-SP, de 18 a 20 de setembro de 2015;
5. quando da realização do 1º de maio classista, a 142ª PLENA foi realizada novamente em São Paulo-SP, de 29 de abril a 1º de maio de 2016;
6. e em virtude do acirramento da conjuntura e da prisão política do ex-presidente Lula, a 155ª PLENA foi realizada em Curitiba-PR, nos dias 4 e 5 de agosto de 2018.

Sem periodicidade definida, as PLENAs podem ser convocadas pela coordenação geral e/ou pela Direção Nacional (DN), ambas em deliberação de maioria simples; pelo Conselho Fiscal, por escolha unânime de seus membros; por um terço das seções sindicais em dia com suas obrigações estatutárias; ou por um quinto dos sindicalizados e sindicalizadas em dia com suas obrigatoriedades previstas em estatuto.



Realizamos com nossas bases diversos eventos durante estes 30 anos, como:

- Encontros Regionais (a partir de 1997);
- Encontros Jurídicos (ECJURs – 8 edições);
- Encontros dos Servidores Cíveis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa (ESCIMes – 12 edições);
- Encontros de Assuntos de Aposentadoria e Seguridade Social (ENAASSs – 13 edições);
- Seminários Nacionais de Educação (SNEs – 10 edições);
- Seminários Regionais de Precarização (5 edições, uma por região);
- e mais recentemente o 1º Encontro de Comunicação (ECOS);
- e o 1º Encontro Nacional de Mulheres (ENMS);
- além das Campanhas Salariais Unificadas que construímos anualmente com o conjunto dos servidores públicos federais, junto à Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), ao Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) e ao Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).



DA EDUCAÇÃO FEDERAL E DOS SERVIDORES FEDERAIS

O direito de greve que os servidores públicos conquistaram também com a CF de 1988 segue como um dos nossos mais fortes instrumentos de mobilização e reivindicação: cruzar os braços e dizer “não” à exploração a que somos submetidos é uma das armas mais efetivas que possuímos. O SINASEFE se firmou como um sindicato combativo e autônomo, e muito disso se deve ao fato de termos conquistado as vitórias mais importantes da

nossa história mediante movimentos paredistas. Desde o início dos anos 1980 – antes mesmo da Fenasefe existir – nossa categoria paralisa as atividades em reivindicação por melhores condições de trabalho, remuneração, plano de carreira digno e democratização das IFEs.

Nosso sindicato nacional, durante os últimos 30 anos, vivenciou 17 greves, sempre participando ativamente do movimento e

buscando unificar as lutas com os demais sindicatos e entidades classistas, contra os ataques dos governos Sarney, Collor, Itamar, FHC, Lula, Dilma e Temer. Encampamos em nossos movimentos paredistas bandeiras históricas, como as lutas por valorização profissional; contra os Planos Bresser, Verão e Collor; em defesa da Previdência Pública; pela manutenção do RJU; em favor da contratação de novos servidores e contra as políticas de pre-

carização e sucateamento da Rede Federal. Foram lutas árduas, difíceis, onde nem sempre obtivemos os resultados esperados, porém travamos todos os enfrentamentos necessários. Não fosse essa resistência dos trabalhadores e das trabalhadoras por meio das lutas organizadas a partir do SINASEFE, o cenário das nossas instituições de ensino seria ainda mais complicado do que já é. Confira alguns dos importantes resultados dessas lutas:

1980

A primeira greve nos serviços públicos

Duração: 26 dias (16/11 a 11/12/1980)

Em greve: Professores de 19 universidades e 7 escolas. Reivindicações: Reposição salarial de 48%, retroativa a março de 1980; envio do Projeto de Carreira do Magistério ao Congresso Nacional; reajuste salarial semestral; revogação imediata do Decreto-Lei nº 6733/1979; 12% do orçamento da União destinado à educação.

Resultados: Em 11/12/1980 foram publicados o Decreto-Lei nº 820 e o Decreto nº 85.487, estabelecendo um novo plano de carreira do Magistério Superior das Instituições Federais Autárquicas; reenquadramento dos docentes; reajuste de 35% para janeiro de 1981 e 35% cumulativos em abril, resultando em 82,25% de aumento para os professores.

1981

Duração: 20 dias (11/11 a 01/12/1981)

Em greve: Professores de 19 universidades e 5 escolas. Reivindicações: Reposição salarial de 45% retroativa a março de 1981; reajuste semestral igual ao INPC, em setembro de 1981; enquadramento dos professores colaboradores admitidos após 31/12/1979; eliminação das distorções na Carreira do Magistério; 12% do orçamento da União destinado à educação.

Resultados: Reposição salarial de 30% a partir de 01/01/1982; reenquadramento dos colaboradores; recuo do Governo Federal em transformar as universidades em fundações; fixação de um prazo de seis meses para discutir a reestruturação das universidades.

1982

Duração: 32 dias (18/11 a 20/12/1982)

Em greve: Professores de 18 universidades e 3 escolas. Em 29/11/1982 os técnico-administrativos aderiram

ao movimento grevista.

Reivindicações: Reposição salarial de 23,8% sobre o salário de maio de 1982; reajuste semestral igual ao INPC, em novembro de 1982; aposentadoria integral; igualdade de direitos para estatutários e celetistas; correção de distorções no enquadramento da nova carreira docente; reestruturação da universidade com base na proposta do Andes-SN.

Resultados: Recuo do governo na implantação, por meio de Decreto, do ensino pago nas universidades federais e da transformação das autarquias em fundações; derrota nas reivindicações salariais.

1984

A última greve do período da Ditadura Militar

Duração: 84 dias (de 15/05 a 07/08/1984)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 19 universidades e 8 escolas.

Reivindicações: Reposição salarial de 64,8% retroativa a janeiro de 1984; reajuste semestral, em julho de 1984, com base no INPC e garantido por Lei; 13º salário para os estatutários e quinquênio para os celetistas; piso salarial de três salários mínimos para os servidores técnico-administrativos; verbas para o pleno funcionamento das IFEs.

Resultados: A greve se encerrou sem nenhuma conquista imediata, sendo suspensa com o corte dos salários em 01/08/1984. Uma comissão de “alto nível” foi formada no Congresso Nacional para reabrir as negociações, revertendo punições. Em janeiro de 1985 os docentes tiveram uma reposição salarial de 20%, fruto do enfrentamento desta greve.

1985

A primeira greve no governo Sarney

Duração: 45 dias (10/08 a 23/09/1985)

Em greve: Professores de 16 universidades e fundações.

Reivindicações: Reposição salarial de 38,5%; reajuste salarial igual ao INPC do semestre; implantação de reajuste trimestral; adicional de 5% a cada quinquênio; adicional de Dedicação Exclusiva não inferior a 50%; 5% de produtividade; aposentadoria integral; verbas para custeio e capital das IFEs fundacionais no montante de 954 bilhões de cruzeiros.

Resultados: Reajuste de 75,06% a partir de setembro; Liberação de 60 bilhões de cruzeiros para as IFEs; elaboração de um novo Plano de Cargos e Salários que garantisse isonomia entre fundações e autarquias, a entrar em vigor até janeiro de 1986, o que foi descumprido pelo Ministério da Educação (MEC) devido ao diferenciamento de regimes jurídicos (com o novo Plano de Cargos e Salários, somente algumas categorias de docentes, em algumas fundações, tiveram um ganho superior a 50% em 1986).

1987

A última greve antes da CF de 88 e da fundação do SINASEFE

Duração: 44 dias (25/03 a 07/05/1987)

Em greve: Professores de 45 IFEs (autarquias e fundações).

Reivindicações: Adoção do Plano Único de Carreira dos docentes das IFEs proposto pelo Andes-SN; isonomia salarial plena aos docentes das autarquias e fundações em acordo com tabela proposta pelo movimento; aposentadoria integral; verbas de custeio e capital no valor de 14,5 bilhões de cruzados e mais 5,8 bilhões para o pleno funcionamento das IFEs e retorno aos níveis de 1973; revogação da proibição de contratação de pessoal nas IFEs.

Resultados: Foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, criando o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE), regulamentada pelo Decreto Presidencial nº 4.664, em 23/07/1987. A nova tabela salarial teve efeito financeiro retroativo a abril de 1987.

1989

A primeira greve da história do SINASEFE

Duração: 66 dias (08/05 a 13/07/1989)

Em greve: Professores, técnico-administrativos e estudantes de 42 IFEs.

Reivindicações: Verbas para ordem de custeio e capital correspondendo a 27,8% do orçamento global das IFEs, asseguradas por recursos do Tesouro; revogação da proibição de contratações e abertura de concursos públicos; reposição salarial, de abril de 1989, de 59,74%, acrescida do Índice de Custo de Vida (ICV) do Dieese; reajuste mensal dos salários; anuênio de

1% em substituição aos quinquênios; aposentadoria integral; carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus; regulamentação integral e aplicação imediata do PUCRCE em todas as IFEs.

Resultados: Reposição salarial de 30% aos Servidores Públicos Federais (SPFs) em geral, em maio de 1989; em julho o governo se comprometeu em liberar verbas para a manutenção das IFEs, a título de suplementação, no montante de 453 milhões de cruzados novos, a preços de abril de 1989; o Plano de Carreira dos docentes recebeu algumas alterações: o incentivo de Dedicação Exclusiva para os professores do 3º grau passou de 40% para 50% sobre o salário base, já para os docentes de 1º e 2º graus das IFEs, este percentual passou de 25% para 30%; a progressão horizontal da carreira passou de 4% para 5%; o governo autorizou a contratação, para o conjunto das IFEs, de 760 docentes e de 1340 técnico-administrativos; reconhecimento do direito de aposentadoria especial.

1991

A primeira greve no governo Collor

Duração: 107 dias (05/06 a 20/09/1991)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 45 IFEs.

Reivindicações: Recomposição dos salários aos valores reais de abril de 1990, implicando numa reposição de 144,38%; incorporação aos vencimentos dos docentes das perdas salariais provocadas pelos Planos Econômicos Bresser (26,06%), Verão (26,05%) e Collor 1 (93,54%), num reajuste total reivindicado de 640,39%; repasse para as IFEs do saldo das verbas previstas no orçamento de 1990 e dos recursos estabelecidos no orçamento de 1991, em valores reais; abertura de concursos públicos e expansão do quadro de pessoal, com contratação imediata dos selecionados; escolha dos dirigentes das IFEs por eleições diretas e democráticas.

Resultados: Rejeição pelo Congresso Nacional da Medida Provisória nº 296/1991, a qual excluía docentes e servidores das IFEs e diversas outras categorias de SPFs dos reajustes propostos pelo governo; reajuste salarial geral aos SPFs de 20%; correção da tabela de vencimentos dos docentes das IFEs; gratificação para especialização; aumento do valor das gratificações por titulação; aumento da gratificação de 50% para 55%.

1993

A primeira greve no governo Itamar

Duração: 31 dias (13/05 a 14/06/1993)

Em greve: Primeira greve unificada dos SPFs. Aderiram 23 IFEs.

Reivindicações: Política salarial com reajustes mensais mediante a inflação; incorporação das gratificações aos vencimentos; fim das distorções no processo de isonomia entre os Três Poderes; Plano Nacional de Capacitação Docente; reajuste de 106,8% para os servidores; anistia para todos os servidores punidos em greves.

Resultados: Anistia aos servidores punidos em greves anteriores; reajuste salarial de 85%; reajustes trimestrais (80% da inflação); antecipações bimestrais (50% da inflação); aprovação de uma política salarial vinculada à receita líquida até junho de 1994, quando uma nova política seria estabelecida; elevação da Gratificação de Atividade Executiva (GAE) de 80% para 160% sobre os vencimentos básicos.

1994

Duração: 50 dias (19/04 a 08/06/1994)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 38 IFEs e demais SPFs. 23 seções sindicais do SINASEFE participaram do movimento.

Reivindicações: Pauta específica das IFEs; reposição das perdas salariais em Planos Econômicos; definição do Plano Nacional de Capacitação Docente e do Plano de Carreira.

Resultados: Abertura da negociação em torno da isonomia entre os Três Poderes; negada a inclusão das emendas do movimento sindical na Medida Provisória 482; o governo ameaça com corte de ponto e inquéritos administrativos que poderiam levar servidores às demissões; legitimação do direito de greve no serviço público pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), desde que regulamentada pelo Congresso; nenhum ganho econômico.

1995

A primeira das cinco greves nos dois governos de FHC

Duração: 23 dias (09/05 a 31/05/1995)

Em greve: Cerca de 15 mil servidores das IFEs.

Reivindicações: Controle social das empresas e do serviço público pelo Estado; defesa da previdência pública e das aposentadorias por tempo de serviço; política salarial; rejeição do substitutivo do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) para a LDB e aprovação do PLC 101/1993; reintegração dos demitidos na Reforma Administrativa do governo Collor.

Resultados: Afastada a possibilidade de privatização das IFEs; resgate do substitutivo do senador Cid Sábóia (PMDB-CE), que foi ao plenário do Senado Federal junto ao substitutivo do senador Darcy Ribeiro.

1996

Duração: 56 dias (16/04 a 20/06/1996)

Em greve: Professores de 45 IFEs.

Reivindicações: Reajuste de 46,19%; retirada dos projetos de Reformas da Previdência e Administrativa da pauta do Congresso Nacional.

Resultados: O Supremo Tribunal Federal (STF) decide que os SPFs têm direito à greve, desde que regulamentada pelo Congresso; o governo ameaça com corte de ponto e inquéritos administrativos que poderiam levar servidores às demissões; recuo na posição de enviar ao Congresso o projeto de autonomia das universidades; promessa de discussão sobre mais contratações e verbas para as IFEs. Nenhum ganho econômico.

1998

Duração: 104 dias (31/03 a 13/07/1998)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 51 IFEs.

Reivindicações: Reajuste de 48,65%; preservação da qualidade do ensino público; recomposição do quadro de docentes das IFEs com abertura de concursos públicos; retirada do Plano de Incentivo à Docência (PID).

Resultados: Mesmo após greve de fome de 14 servidores, não houve conquista referente aos itens da pauta; o PID foi substituído pela Gratificação de Estímulo à Docência (GED), que possuía as mesmas características, sendo concedida uma bolsa para os professores de 1º e 2º graus, que mais tarde se transformaria na Gratificação de Incentivo ao Desempenho (GID); para os técnico-administrativos foi concedido o percentual de reajuste dos 28,86% dos militares, subtraídos os percentuais das progressões (até três níveis) concedidos anteriormente.

2000

Duração: 87 dias (24/05 a 18/08/2000)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 31 IFEs.

Reivindicações: Isonomia salarial; reajuste de 63,68%; investimentos no serviço público federal; fixação da data-base em 1º de maio; reposição salarial imediata; consolidação das carreiras específicas a partir do Estatuto do Serviço Público; incorporação das gratificações sem discriminação dos professores aposentados e dos ensinos de 1º e 2º graus.

Resultados: A greve derrotou o projeto de autonomia do MEC para as universidades brasileiras; impediu o envio ao Congresso do Projeto de Emprego Público do Governo Federal; houve a inclusão da elevação da massa salarial na LDO; porém, nenhum ganho econômico.

2001

A última das cinco greves na “era FHC”

Duração: 109 dias (21/08 a 07/12/2001)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 52 IFEs.

Reivindicações: Reajuste de 75,58%; alteração do percentual de titulação de 50% para 72% para doutores, de 25% para 36% para mestres, de 12% para 18% para especialistas e de 5% para 9% para aperfeiçoamento; equiparação da GID à GED; extensão da GID aos aposentados das carreiras de 1º e 2º graus; incorporação das gratificações (GAE e GID), além do fim da Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE) para os TAEs com a retomada da GAE e sua respectiva incorporação ao vencimento básico; avaliação da carreira docente; manutenção do RJU; paridade e isonomia de vencimentos entre ativos e aposentados; recomposição do quadro funcional das IFEs; abertura de 8 mil vagas para concurso público.

Resultados: Abertura de duas mil vagas para concursos; equiparação da GID à GED; manutenção do RJU; reajuste salarial de 12% a 13% no salário base dos docentes; 3,5% de aumento para todos os SPFs; repasse de 60% da GID aos professores aposentados; criação de grupos de discussão para estudar mudanças na carreira acadêmica, autonomia universitária, entre outros; retomada da GAE para os técnico-administrativos, com a sua incorporação integral ao vencimento básico.

2003

A primeira greve do governo Lula

Duração: 59 dias (08/07 a 04/09/2003)

Em greve: Professores e técnico-administrativos de 35 IFEs e demais SPFs. 33 seções sindicais do SINASEFE participaram do movimento.

Reivindicações: Defesa da Previdência Pública: contra a PEC 40/2003 (Reforma da Previdência do Mensalão), que visava retirar direitos garantidos constitucionalmente aos trabalhadores.

Resultados: A PEC foi aprovada com modificações, preservando, após a greve, a aposentadoria integral para os SPFs à época; hoje a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4889 busca anular os efeitos daquela Reforma Previdenciária, já que a mesma foi aprovada mediante compra de votos dos parlamentares pelo governo Lula no famigerado esquema do “Mensalão”. Ao final da greve, SINASEFE e Fasubra negociaram antecipar valores de gratificações fixas para fins de enquadramento na Carreira do Cargo Único dos Técnico-Administrativos em Educação.

2004

Duração: 10 dias (10/05 a 19/05/2004)

Em greve: Foram realizadas rodadas de assembleias com aprovação de indicativo de greve por Andes-SN, Fasubra e SINASEFE. No entanto, não houve deflagração da greve, apenas paralisações de 24 e 48 horas por parte do SINASEFE.

Reivindicações: 127% de recomposição pelas perdas salariais; isonomia entre ativos e aposentados; incorporação das gratificações; definição de uma política salarial e definição de data-base para a categoria.

Resultados: Termo de acordo Fasubra-SINASEFE: reestruturar a carreira dos TAEs; gratificação temporária de R\$ 130 a R\$ 265 para ativos e aposentados; compromisso do governo de construção do Plano de Carreira, o que ocorreu em 12 de janeiro do ano seguinte com a Lei 11.091, dando início ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE). No caso dos docentes, o SINASEFE, mesmo não estando em greve, conseguiu negociar o fim da GID e sua transformação em gratificação de valor fixo, por titulação, para fins de antecipação do processo de reestruturação da carreira docente.

2005

O ano em que o Brasil tomou conhecimento do Mensalão

Duração: 91 dias (29/08 a 30/11/2005)

Em greve: 40 IFEs em greve. Aderiram 35 seções do Andes-SN, 41 sindicatos da Fasubra e 37 seções do SINASEFE.

Reivindicações: Defesa das IFEs públicas, gratuitas, autônomas, democráticas, laicas, de boa qualidade e socialmente referenciadas; contra a mercantilização da educação; pelo aumento da dotação orçamentária para as IFEs; reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; incorporação da GED, com equiparação pelos seus valores mais altos, e da GAE, com paridade e isonomia; retomada dos anuênios; abertura imediata da discussão em torno da Carreira Única para os docentes das IFEs, envolvendo o MEC, o Andes-SN e o SINASEFE; Classe Especial; equiparação salarial dos substitutos e efetivos; piso de R\$ 900,00 (três salários mínimos) para os TAEs; step de 5%; validação de certificados anteriores ao ingresso no serviço público; implantação da segunda fase do PCCTAE; democratização das IFEs, permitindo que os técnico-administrativos possam se candidatar e que os aposentados possam votar e ser votados; realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFEs.

Resultados: O Governo Federal, mesmo não atendendo ao conjunto das reivindicações dos servidores, por força da pressão dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, acabou aumentando os recursos para melhorar os salários da categoria de R\$ 300 milhões para R\$ 600 milhões; Termo de acordo de 1º de dezembro para os professores: reajuste de 12%, a partir de janeiro; criação da Classe Especial, incluindo aposentados, gerando um aumento de 18% em relação ao E4; Termo de acordo de 1º de dezembro para os técnico-administrativos: segunda fase do PCCTAE; implementação dos percentuais de capacitação a partir de janeiro de 2006; elevação do step de 3% para 3,6%, a partir de janeiro, e o estabelecimento dos percentuais de qualificação para os integrantes do PCCTAE; compromisso do governo de implantação de diversos Grupos de Trabalho (GTs).

2006

A primeira greve apenas do SINASEFE

Duração: 48 dias (17/05 a 02/07/2006)

Em greve: 43 seções sindicais do SINASEFE.

Reivindicações: Cumprimento do acordo de greve assinado em 1º de dezembro de 2005 e, até então, não cumprido pelo MEC e Governo Federal.

Resultados: Para os docentes: reajuste de 12% a partir de janeiro; criação da Classe Especial, incluindo aposentados, gerando um aumento de 18% em relação ao E4 (último nível da tabela); para os técnico-administrativos: segunda fase do PCCTAE; implementação dos percentuais de capacitação a partir de janeiro de 2006; implementação dos percentuais de qualificação a partir de julho; os GTs criados foram “auxílio transporte”, “auxílio saúde” e “inclusão dos técnico-administrativos das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa no PCCTAE” – o único GT que acabou não trazendo resultados efetivos foi este último, já que a partir daquele momento se instituiu o auxílio saúde e se regularizou a implantação de auxílio transporte para todos.

2011

A primeira greve no governo Dilma

Duração: 88 dias (29/07 a 24/10/2011)

Em greve: 228 campi das bases do SINASEFE (mais de 70%) aderiram à paralisação em 21 estados, com a participação de 63 seções sindicais. Andes-SN e Fasubra também integraram o movimento.

Reivindicações: Reajuste emergencial de 14,67%; destinação de 10% do PIB para a educação; reestruturação da Carreira Docente e do PCCTAE; democratização das Instituições Federais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica; manutenção e ampliação de concursos públicos; 30 horas semanais para os técnico-administrativos; estabelecimento de um GT com a participação do governo, SINASEFE, Fasubra e reitorias para a discussão sobre as terceirizações nas IFEs; equiparação (pelo maior valor) do nosso auxílio alimentação com o dos servidores do Congresso Nacional, Judiciário e Tribunal de Contas.

Resultados: O MEC apresentou proposta de acordo para o SINASEFE com a jornada de 30 horas semanais para os técnico-administrativos; progressão per saltum por capacitação; o direito dos técnico-adminis-

trativos poderem ser reitores, pró-reitores e diretores gerais; a ampliação da concessão do regime de Dedicação Exclusiva; recomposição do Conselho Superior com a inclusão do SINASEFE representando os trabalhadores; e reabertura da discussão do Regimento Interno. Entretanto, como a categoria não foi recebida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) à época, e já que os docentes obtiveram 4% de reajuste no acordo assinado por Andes-SN e pelo Proifes, a 106ª PLENA do SINASEFE, realizada em 22 de outubro de 2011, recusou a assinatura do referido acordo, que logo a seguir foi retirado das negociações, não tendo sido obtido mais nenhum dos ganhos apontados.

2012

20ª greve dos trabalhadores no serviço público federal e 14ª da história do SINASEFE

Duração: 89 dias (13/06 a 10/09/2012)

Em greve: 296 campi das bases do SINASEFE aderiram à paralisação em 26 estados, com a participação de 71 seções sindicais. Andes-SN e Fasubra também integraram o movimento.

Reivindicações: Política salarial para os SPFs; reposição emergencial de 22,08%; data-base para 1º de maio; reajuste geral anual da inflação do período; isonomia entre os Três Poderes na política de benefícios; destinação de 10% do PIB para a educação; reestruturação das carreiras; 30 horas para todos os técnico-administrativos; progressão por capacitação per saltum para os TAEs; democratização das Instituições Federais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica; manutenção e ampliação de concursos públicos com o estabelecimento de um cronograma de ocupação das vagas previstas no Projeto 2.134/2011; implantação de um GT, com a participação do MEC, SINASEFE e Conif para discutir a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Resultados: Reestruturação do PCCTAE; Reajustes diferenciados na tabela dos docentes de 25% a 45%; progressão de DI para DII e/ou DIII; implantação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e da nova classe de Professor Titular; acesso dos TAEs de todos os níveis de classificação aos cargos de pró-reitores; retirada da MP 568, que reduzia os salários dos médicos e dos itens que mudavam os critérios e tabelas de concessões dos adicionais de periculosidade e insalubridade; reajuste dos auxílios alimentação

e saúde; criação de seis GTs para os TAEs: “inclusão dos técnico-administrativos das instituições de ensino vinculadas ao Ministério da Defesa no PCCTAE”, “racionalização dos cargos do PCCTAE”, “terceirizações na Rede Federal”, “dimensionamento da força de trabalho”, “reposicionamento dos aposentados no PCCTAE” e “democratização das IFEs” – com possibilidade de acesso aos cargos de reitores e diretores gerais, assim como a representação do SINASEFE nos Conselhos Superiores.

2014

Encerrada por judicialização do governo

Duração: 81 dias (21/04 a 10/07/2014)

Em greve: 163 campi das bases do SINASEFE aderiram à paralisação em 20 estados, com a participação de 37 seções sindicais. Fasubra também integrou o movimento.

Reivindicações: Anulação da Reforma da Previdência de 2003 por conta do esquema do Mensalão; não à Funpresp; data-base para 1º de maio; antecipação imediata da parcela do reajuste acordado na última greve; isonomia entre os Três Poderes na política de benefícios; destinação de 10% do PIB para a educação; auditoria da dívida pública com participação popular e suspensão imediata dos pagamentos; reestruturação das carreiras; 30 horas para todos os técnico-administrativos; progressão por capacitação per saltum para os TAEs; democratização das Instituições Federais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica; manutenção e ampliação de concursos públicos; contra o ponto eletrônico e contra o ponto docente.

Resultados: O governo Dilma pouco recebeu, no MEC e no MPOG, as representações do SINASEFE e da Fasubra: alegando que existia um acordo em vigência, formalizado na greve 2012, judicializou os dois movimentos paredistas nacionais, que foram encerrados sob ameaça de multa diária de R\$ 100 mil às entidades que persistissem em greve.

2015

Encerrada sem assinaturas dos acordos

Duração: 125 dias (13/07 a 14/11/2015)

Em greve: 260 campi das bases do SINASEFE aderiram à paralisação em 25 estados, com a participação

de 51 seções sindicais. Andes-SN e Fasubra também integraram o movimento.

Reivindicações: Anulação da Reforma da Previdência de 2003 por conta do esquema do Mensalão; não à Funpresp; data-base para 1º de maio; isonomia entre os Três Poderes na política de benefícios; destinação de 10% do PIB para a educação; auditoria da dívida pública com participação popular e suspensão imediata dos pagamentos; reestruturação das carreiras; 30 horas para todos os técnico-administrativos; progressão por capacitação per saltum para os TAEs; RSC para os TAEs e aposentados; democratização das Instituições Federais da Educação Profissional, Científica e Tecnológica; manutenção e ampliação de concursos públicos; contra o ponto eletrônico e contra o ponto docente.

Resultados: A greve foi encerrada sem o governo, por meio do MEC e do MPOG, assinar nenhum dos termos de acordo e de reposição dos dias parados com o SINASEFE ou com o Andes-SN. Apenas com a Fasubra um termo foi assinado, que garantia (com incidência para as bases de TAEs do SINASEFE) um aumento de 0,1% no step do PCCTAE e a criação de GT para debater o aprimoramento do Plano de Carreira – o qual teve apenas duas reuniões antes do governo Dilma ser deposto por meio de um golpe parlamentar.

2016

A greve iniciada pelas ocupações estudantis

Duração: 37 dias (11/11 a 17/12/2016)

Em greve: 125 campi das bases do SINASEFE aderiram à paralisação em 21 estados, com a participação de 30 seções sindicais. Andes-SN e Fasubra também integraram o movimento.

Reivindicações: Cumprimento dos acordos de greves anteriores; contra a PEC 241/2016 (Teto dos Gastos); contra o Escola Sem Partido; contra a MPV 746/2016 (Reforma do Ensino Médio); contra a Reforma da Previdência; contra a Reforma Trabalhista; contra todas as terceirizações; auditoria da dívida pública com participação popular e suspensão imediata dos pagamentos; data-base para 1º de maio.

Resultados: Esta greve teve duas peculiaridades: 1) foi alavancada pelo movimento “OcupaTudo” protagonizado por estudantes, que ocuparam mais de 60 universidades e 1000 escolas por todo o país a partir do mês de outubro e 2) teve uma pauta majoritariamente

te política e em defesa dos serviços públicos. Infelizmente sequer chegamos a ser recebidos pelo governo para qualquer negociação e fomos derrotados na luta contra aprovação da PEC do Teto de Gastos, que motivou a suspensão da greve. No ano seguinte (2017) novas derrotas dentro da pauta da greve vieram, com as aprovações pelo Congresso Nacional da Reforma do Ensino Médio, da Reforma Trabalhista e da nova lei das terceirizações.

2017

Duração: 34 dias (10/11 a 13/12/2017)

Em greve: 48 sindicatos da Fasubra. O SINASEFE deliberou na 152ª PLENA que não deflagraria greve – posição idêntica a do Andes-SN.

Reivindicações: Abertura de negociação salarial; contra a PEC 287/2016 (Reforma da Previdência); revogação do PDV lançado por Temer; contra o PLS 116/2017 (fim da estabilidade dos servidores públicos); revogação da Reforma Trabalhista; reestruturação e defesa do PCCTAE.

Resultados: Sem negociação com o governo, a greve foi encerrada sem conquistas para a categoria.

2017: GREVES GERAIS

Duração: 3 dias (28/04, 30/06 e 05/12/2017)

Em greve: Classe trabalhadora brasileira, representada pelas nove centrais sindicais que convocaram os movimentos paredistas: CGTB, CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical, Nova Central e UGT.

Reivindicações: Contra os ataques do governo Temer aos trabalhadores, em especial contra a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a legalização da terceirização ampla e irrestrita.

Resultados: As centrais não foram recebidas e nem atendidas pelo governo, mas os ganhos com a mobilização e organização dos trabalhadores durante as três greves, principalmente na primeira delas, geraram grande desconforto no empresariado nacional. Após a retirada da votação da Reforma da Previdência pela Câmara em dezembro de 2017, algumas centrais sindicais, entre elas a CUT, suspenderam a greve de 5 de dezembro. Mas outras centrais mantiveram a paralisação, que foi construída e teve adesão das bases do SINASEFE.





QUE VENHAM

OS PRÓXIMOS 30 ANOS!

O SINASEFE sempre conservou enquanto suas principais bandeiras a defesa de uma educação pública, gratuita, de boa qualidade, laica e socialmente referenciada. Motivo que nos levou a construir tantas lutas em defesa dos direitos e anseios da categoria que representamos e pela manutenção, em caráter gratuito, do acesso de todos ao maior patrimônio que possuímos: o conhecimento.

A solidariedade de classe é um princípio do nosso sindicato, que luta por uma sociedade sem

explorados e sem exploradores, onde todo tipo de preconceito, intolerância e opressão sejam extirpados. Não foi sem razão que construímos tantos enfrentamentos ao lado de outras entidades classistas da educação e de outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras: onde houver luta da classe trabalhadora, haverá a bandeira do SINASEFE!

Tudo isso sempre esteve muito claro e bem disposto em nossos materiais de formação e informação. O SINASEFE comunica-se com suas bases de várias

formas e esta publicação que você lê agora é mais uma delas a reforçar nosso discurso. Estamos ao alcance de todos com um clique, por meio do nosso website ou de quatro redes sociais: Facebook, Instagram, Twitter e YouTube (canal de vídeos).

Atingimos um estágio de maturidade e consolidação que poucas entidades classistas possuem. Refletimos sobre nós mesmos para averiguar coletivamente os erros e os acertos cometidos nesta trajetória, fazendo com que essa experiência vivenciada nos agre-

gue novas ideias a partir de um processo dialético entre aquilo que passamos e a conjuntura atual que nos está posta.

Nossas lutas sempre foram solidificadas e complementadas a partir do contato e da troca de experiências com as lutas de outras categorias: a divisão social do trabalho nunca nos fez abandonar o sentimento de que todos nós, que vendemos a nossa força de trabalho para garantir nosso sustento, somos uma única classe! O SINASEFE não perdeu e jamais perderá esse vínculo.



ARTIGOS

As próximas páginas serão dedicadas a artigos de filiados e filiadas do SINASEFE que deixaram seus legados militantes em suas passagens por nosso sindicato, seja em atuação nas bases, seja em atuação dentro da Direção Nacional (DN) do sindicato.

A funcionária do SINASEFE com mais tempo de casa, Lúcia Ferreira, também foi convidada a escrever um artigo e tem sua contribuição registrada nesta publicação.

Boa leitura!



E A LUTA CONTINUA!

Nada poderia ser mais batido do que esse jargão. Porém pouco pode ser tão representativo do momento em que são comemorados os 30 anos do SINASEFE.

Não é coincidência que essa importante entidade sindical comemore seus 30 anos poucos dias depois que o Brasil comemora a promulgação de sua Constituição Cidadã. A Constituição Federal (CF) de 1988 é a coroação da reconstrução democrática do nosso país. E essa é, sem dúvida, uma reconquista do movimento sindical, não exclusivamente, claro, mas fortemente.

A CF consagra o direito de greve e o direito à organização sindical para servidores públicos, até então vedado. Neste momento as organizações das várias categorias – em geral associações recreativas até então – se tornam sindicatos.

Ao longo desse período a classe trabalhadora brasileira viveu avanços e retrocessos tanto na sua organização quanto nos seus direitos.

Viveu uma efervescência política de mobilizações e greves importantes no final da década de 1970 e no início de 1980. Viveu a luta pelas Diretas, a criação do PT e da CUT, os debates da Constituinte e as primeiras eleições em capitais e governos de estados. A volta dos anistiados. Os debates nas universidades. O crescimento da imprensa independente, os fanzines e o humor que deixam de ser clandestinos. Mas viveu também a fome, o desemprego, o racionamento e a hiperinflação. E não passou a limpo a sua história, como não fez com a escravidão, tampouco fez com a ditadura: torturadores e assassinos, terroristas de Estado e perseguidores, censores e corruptos jamais foram investigados, denuncia-

dos e, menos ainda, responderam por crimes cometidos contra a vida, a história, a organização social, o patrimônio público e a humanidade. Essa década termina com as primeiras eleições diretas para presidente nas quais é eleito um aventureiro, de discurso performático e vazio, de aparições teatrais e cujo centro era a caça aos marajás. Eleito graças à manipulação hoje admitida pela Rede Globo de televisão (filhote da ditadura que

findava), usando um escândalo pessoal de Luís Inácio Lula da Silva e a edição do último debate na antevéspera do pleito.

A década de 1990 começa com o confisco das poupanças, o fiasco de uma política econômica que gera desemprego nas camadas mais pobres, já mergulhadas na fome e descontentamentos nas camadas médias que tiveram suas poucas economias confiscadas, política que não controla

ELENIRA VILELA



É DOCENTE E TRABALHA NO CAMPUS SÃO JOSÉ-SC DO IFSC. É SERVIDORA DA REDE FEDERAL E FILIADA AO SINASEFE DESDE O ANO DE 2010.

"ELES COMBINARAM DE NOS MATAR, MAS NÓS COMBINAMOS DE NÃO MORRER"
GONÇALVES EVARISTO

a inflação. O neoliberalismo começa a ser aplicado no Brasil, especialmente com a retirada de barreiras alfandegárias para mercadorias estrangeiras e o processo de desmonte do Estado com as privatizações: das importantes a primeira a ser entregue foi a Usiminas.

O movimento estudantil, especialmente das escolas e universidades públicas, começa o movimento “Fora Collor”, que acaba ganhando repercussão enorme quando o irmão do então presidente, Pedro Collor, denuncia esquema de corrupção comandado pelo homem forte de Collor: PC Farias (cujo homicídio jamais foi explicado). Collor pede ao povo que defenda o Brasil e vá de verde e amarelo às ruas e o povo responde fazendo enormes manifestações vestidos de preto contra a corrupção. Collor sofre o impeachment em setembro de 1992 e seu vice, Itamar Franco, assume num “grande acordo nacional”.

O governo de Itamar é de conciliação, apesar de Luiza Erundina ser afastada do PT para participar do primeiro escalão e de que o neoliberalismo continua a ser implantado contra o interesse e as bandeiras dos trabalhadores. Dessa vez vai a Companhia Siderúrgica Nacional. O país escolhe permanecer uma Repú-

blica (10% dos votantes no plebiscito são a favor de que voltássemos a ser uma monarquia) e a permanecermos um país de regime presidencialista. A CF tinha forte conotação parlamentarista e essa decisão cria algumas das contradições que vão redundar em vários problemas que temos até hoje, o principal: o projeto de país eleito pode não conseguir ser implantado se o Congresso for de oposição, o que obriga a cada presidente uma série de acordos com parlamentares, quase todos de cunho fisiológico, visto que de fato, entre os grandes partidos, o país contava apenas com dois claramente identificados ideologicamente: o PT e o PFL (atual DEM).

Depois de passar ao longo desse período por cinco moedas: Cruzeiro, Cruzeiro Novo, Cruzado, Cruzado Novo e Real, o país alcança a estabilidade monetária com o Plano Real que foi implementado no governo Itamar, enquanto Rubens Ricúpero era ministro da economia e FHC (depois se notabilizou por ser pai de filho de outrem) era ministro das relações exteriores (o príncipe adorava ser chamado de chanceler).

Com a fama de “pai do Real”, Fernando Henrique Cardoso se torna o terceiro presidente da Nova República e impõe aos

servidores públicos uma terrível agenda: congelamento de salários, imposição de cortes profundos em investimentos, cria o Ministério da Reforma do Estado (MARE) quando, em seu programa de privatizações, delibera por manter na estrutura estatal apenas o que chamava de “carreiras típicas de Estado”, pretendendo, mas não alcançando, privatizar todos os demais órgãos e serviços.

As universidades e escolas técnicas vivem um momento terrível de total precarização. Orçamentos cortados, nenhum concurso. Ao final de 1994 a grande maioria das escolas técnicas e algumas das agrotécnicas são transformadas em Cefets, mas ao assumir o novo mandato em 1998, em 27 de maio FHC faz nova reforma ministerial e coloca como “jabuti” uma alteração na lei da “cefetização”, afirmando que somente poderia haver expansão da Rede Profissional se em parceria com estados, municípios, ONGs e fundações.

É uma década de sofrimento aos servidores e de ameaça constante à Rede. O desmonte é encaminhado de maneira profunda, os servidores ficam uma década inteira sem reajustes, o que come o poder de compra em até 70% dos salários. São promovidas grandes e

longas greves, de mais de 100 dias, com conquistas transitórias e frágeis do ponto de vista salarial e de carreira, como as gratificações produtivistas, mas que conseguem barrar a privatização e a cobrança de mensalidades (que permanece restrita aos cursos de especialização nas universidades e aos cursos de qualificação nos Cefets).

O conjunto do movimento sindical luta contra as privatizações, o Brasil perde a Vale do Rio Doce e a Rede Ferroviária Federal, mas segura a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. A recessão é gigante, o desemprego e a fome atingem parcela enorme da população, o ensino fundamental é universalizado com enorme precarização da qualidade e muitas denúncias de corrupção são feitas, mas o procurador geral da república fica conhecido com “engavetador geral da república” e não deixa nenhuma denúncia seguir adiante. É notório o esquema de compra de votos para a aprovação da reeleição que nunca foi apurado, mas ficou comprovado no livro “A Privataria Tucana” junto com muitos outros esquemas, como os desvios na Petrobras.

Uma das metas famosas do governo FHC era que o salário mínimo va-

lesse o equivalente a 100 dólares americanos. Foi alcançada e vangloriada. No final do governo, a palavra de ordem, principalmente entre os sindicatos do serviço público era “Fora FHC”, mas não contou com apoio da Globo da ditadura e, por isso, não foi adiante.

A década de 2000, depois que não se confirma o “bug do milênio” começa conturbada. No Brasil acontece o primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre-RS, que já era administrada pelo PT há mais de uma década.

Em 2002, depois de disputar três vezes, de fazer acordo com o setor financeiro e industrial da burguesia brasileira e assumir compromissos de não ameaçar o pagamento da dívida externa, Lula se torna o presidente eleito com a maior votação da história (até hoje).

O sindicalismo trabalhou muito pela eleição de Lula, mas uma parte da burguesia aceitou permitir sua eleição porque o nível de tensão na classe com tanta fome e desemprego parecia prestes a explodir. Não sem cobrar caro preço, naturalmente.

Lula apresentava como programa a básica e fundamental ideia de que todos os brasileiros deveriam ter direito a três refeições por dia, um carro e uma cachacinha, chur-

asco e futebol no final de semana, além de um carrinho pra passear com a família, crianças na escola e dignidade.

Ele começa seu governo fazendo um discurso no Fórum Social Mundial em Porto Alegre-RS e indo de lá direto a Davos fazer acenos de não enfrentamento ao mercado financeiro no Fórum Econômico Mundial. Logo de início faz uma Reforma da Previdência que retira a paridade e a integralidade dos servidores públicos. Boa parte dos sindicatos vai pra oposição, a CUT racha, alguns deputados do PT que votaram contra são expulsos.

O processo de privatizações é desacelerado e restrito a alguns setores como rodovias e aeroportos. Com o boom de exportações de commodities, especialmente para a China, investimentos em obras de infraestrutura polêmicas como Belo Monte, reestruturação do Estado com aparelhamento e concursos em todas as áreas e autarquias, políticas sociais, especialmente o Bolsa Família e política de valorização do salário mínimo, ultrapassando os 300 dólares, o Brasil sai do Mapa da Fome da Onu e tem o maior ciclo de geração de empregos de sua história.

A Rede Federal de

Educação, tanto no ensino técnico, profissional e tecnológico, quanto no ensino superior tem expansão sem parâmetro de comparação em toda a história do Brasil, enquanto programas como Prouni e Fies representam um enorme fortalecimento da educação como mercadoria e do crescimento das gigantes vendedoras de ensino.

Com uma política externa conhecida como altiva, que não fala fino com os países desenvolvidos (só um pouco), nem grosso com os países em desenvolvimento, o Brasil passa a ser respeitado novamente no cenário internacional e exportador de políticas de combate à fome e à miséria. Mas nenhum processo de formação e debate político é feito com a população. A política de comunicação do governo é romântica e populista, centrada na figura (realmente genial, mas não salvadora) do presidente Lula.

Nesse momento uma parte do sindicalismo adota uma postura recuada e a outra um esquerdismo infantil. As organizações políticas param ou reduzem muito a formação política de seus quadros, uma postura paternalista de que o governo tem que resolver tudo é esperada e os partidos de esquerda se enfraquecem na qualidade política de

um certo ponto de vista, apesar de que o PT tem número cada vez maior de filiados e elege cada vez mais para os mais diversos cargos (inclusive elege um bom número de oportunistas nas suas próprias fileiras ou nas coligações). Outros partidos de esquerda também crescem, como o PCdoB e o PSOL (criado a partir da necessidade dos que foram expulsos do PT – pela correta postura de serem contrários à Reforma da Previdência de 2003, é bom deixar claro – de terem uma legenda para disputarem novos pleitos eleitorais).

Ao longo dessas três décadas os servidores públicos sofrem com uma campanha sistemática ao serem culpabilizados pelos problemas do país, sendo tratados como fantasmas, vagabundos e privilegiados. Claro que o motivo dessa campanha era o desejo do mercado de aprofundar as privatizações e ter controle sobre a máquina pública. A suposta incompetência do setor público é a principal justificativa para as privatizações e esta não é enfrentada adequadamente nem pelas entidades de servidores, nem tampouco pelo governo. As entidades ignoram e tocam suas – em geral justas – pautas econômicas e de carreira assistindo à campanha. Já o governo adota uma pos-

tura de burocratização e aumento de controle formal, sem o devido controle social e colocando os servidores em situação de assédio moral por parte dos órgãos criados ou fortalecidos, como a Controladoria Geral da União (CGU) e o Ministério Público.

As denúncias de corrupção por parte da mídia comercial e de massas se avolumam e ganham tons dramáticos. Um ministro chega a perder o cargo por ter comprado por engano uma tapioca com cartão corporativo. Qualquer coisa vira escândalo e a população encara cada vez mais o servidor público como inimigo.

O governo Lula termina com mais de 70% de aprovação e com a dívida pública (que deixou em grande parte de ser externa) crescendo em ritmo mais lento, mas sem alterar a lucratividade de banqueiros e ainda com as mais altas taxas de juro. Reformas importantes não foram feitas, como a regulação das telecomunicações ou a reforma tributária.

O governo Dilma começa já durante a maior crise econômica mundial da história. Os EUA em recessão e com taxas de juros negativas em alguns países (como o Japão). A pequena burguesia brasileira e a elite tra-

dicional já não aceitam mais os governos do PT, a primeira pela ideologia escravocrata expressa na famosa declaração de Danusa Leão de que “ir a Nova York já teve sua graça, mas, agora, o porteiro do prédio também pode ir, então qual a graça?” e a segunda porque apenas os acordos não são mais suficientes, eles querem dominar total e diretamente a máquina estatal novamente como fizeram nos 500 anos anteriores. E porque populações antes totalmente submissas como indígenas e quilombolas, ao terem seus legítimos direitos garantidos, ferem de morte interesses internacionais.

A descoberta do pré-sal e a política internacional na articulação sul-sul e na criação dos Brics, além do fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais com a América Latina, que possuía vários governos de centro-esquerda, começam a mexer com interesses imperialistas e passam a ser considerados ameaças à hegemonia.

Associados ao descontentamento de uma população que alçada à condição de consumidora (o que tem um aspecto correto de permitir a dignidade de ter geladeira ou computador à maioria miserável de antes), mas com quem nenhum debate político foi feito e cuja

sanha consumista não teria limites, à crise internacional que ameaça a produção e, especialmente, a exportação, aumenta a pressão pelo ajuste fiscal e desoneração assumidas de maneira errônea pela equipe econômica (também errônea) do segundo governo Dilma e gera instabilidade e desemprego. Algumas políticas como colocar os bancos públicos para concorrerem com os privados para forçar uma baixa de juros sem a condição de sustentar essa guerra com tubarões do mercado financeiro começam a gerar a crise institucional que permitiu as grandes passeatas de junho de 2013 e redundam depois de várias manobras, muita campanha de difamação, muita misoginia e muitas ilegalidades no impedimento da honesta e legitimamente eleita presidenta Dilma.

Para o serviço público e o fortalecimento das políticas públicas o advento do golpe e a presidência nas mãos do traidor Temer têm sido trágicas, com a Emenda Constitucional 95 que congela o país por 20 anos e os decorrentes cortes orçamentários e desmontes, o Plano de Parcerias e Investimentos (PPI), eufemismo denominado na Lei 13.334/2016 para o maior plano de desmonte do Estado brasileiro de sua história, a Reforma

Trabalhista, as terceirizações irrestritas, os Planos de Demissão Voluntárias, a suspensão de reajuste e alterações nas carreiras já aprovados em leis, as ameaças do fim da estabilidade no serviço público e da Reforma da Previdência (ainda não aprovada) significam em conjunto o fim do serviço e do servidor público como conhecemos até aqui. Na prática, associadas com outras medidas, é o próprio fim da soberania nacional e da democracia.

No caso específico da nossa Rede, as denúncias de corrupção e as ações de intervenção judiciais (que redundaram, no caso da UFSC, no suicídio do reitor, mas cujos exemplos já são incontáveis), a Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as alterações no Plano Nacional do Livro Didático, nas regulamentações do Ensino Superior Privado e do Ensino à Distância, entre outras, além da decisão de corte de salários desde o primeiro dia de paralisações ou greves, entre outras, coloca em xeque a existência da própria Rede e demonstra uma intenção de entregar esse enorme filão de mercado às empresas de venda de ensino de baixa qualidade.

Neste momento histórico em que o Brasil torna presidente via voto

popular (com Lula como preso político impedido de concorrer e, segundo a Folha de São Paulo, muita fraude, muitas mentiras divulgadas utilizando mecanismos ilegais via redes sociais e muita corrupção e caixa 2) um defensor da censura, da perseguição, da tortura e do assassinato de opositores e que defende abertamente a guerra civil e a ditadura, além de ser declaradamente submisso ao imperialismo estadunidense, aos interesses do agronegócio, da indústria da guerra, das grandes empresas, das igrejas manipuladoras (empresas de comércio da fé) e da grande mídia, todas as conquistas democráticas, da dignidade humana, da preservação dos povos originários ou vítimas da

diáspora africana, da preservação ambiental e da biodiversidade estão fortemente ameaçadas.

Todos os direitos trabalhistas, sociais e humanos restantes estão sendo frontalmente atacados, há um crescimento neofascista e todos os movimentos e ativismos estão ameaçados em sua existência organizativa, além da existência física de seus atores, especialmente.

Neste contexto a defesa do texto original da Constituinte Cidadã é nosso bastião, a defesa da vida e das liberdades democráticas tornam-se estratégicas. E o simples ato de permanecer vivo, existindo e atuante é revolucionário.

O SINASEFE tem o histórico papel de permanecer à frente das lutas, de reconhecer alguns de seus erros de avaliação anteriores, como a demora em reconhecer que o golpe não era contra a Dilma ou contra o PT, mas contra a democracia e a classe trabalhadora brasileira e mundial. Essa entidade tradicional na luta pelo Brasil, pelos direitos e pela educação pública, gratuita, estatal e de qualidade para todos permanecerá na medida da coragem da categoria, da solidariedade na luta e na força em permanecer com a tática correta e visando a superação de um país excludente e violento, que se encontre e passe a limpo sua própria história, para não permanecer repetindo ciclos

autoritários, de opressão e extrema exploração. Nunca foi fácil. Sempre tivemos que dar o suor, o sangue e a vida na luta. Se ainda não vencemos, então a luta ainda não terminou.

**Não passarão!
Nós passaremos!
Nós passarinho!**

**A luta continua!
Por mais 30 anos!**

**Viva a luta dos
trabalhadores e das
trabalhadoras
em educação!**

**Viva o SINASEFE,
sindicato de luta!**



O SINASEFE, O MOVIMENTO SINDICAL E A LUTA DOS TRABALHADORES PELA DEMOCRACIA

**FABIANO
GODINHO FARIA**



É PROFESSOR DO IFRJ, ATUALMENTE EM COOPERAÇÃO TÉCNICA NO IF SUL DE MINAS. É SERVIDOR DA REDE FEDERAL E FILIADO AO SINASEFE DESDE O ANO DE 2011.

A atuação sindical é voluntária e militante, uma ação que se faz sem esperar nada em troca, além do prazer da própria atuação sindical. Não é um hobby ou um meio de criar uma rede de relacionamentos pessoais, ou não deveria ser. O sentido último da atuação sindical é a busca por uma sociedade mais justa e a construção de seres humanos melhores. É óbvio que outras definições são possíveis, e elas vão variar de acordo com a pessoa e o tempo. Haverão entre nós aqueles que dirão, por exemplo, que o único sentido da existência sindical é a defesa dos interesses imediatos e específicos da categoria ou das categorias que lhe são filiadas. É uma definição possível? Sim é!

Que bom que podemos divergir sobre o sentido da existência de uma instituição como o SINASEFE. E fazemos isso justamente porque, embora golpeados, ainda vivemos

numa relativa democracia e no que pode ser chamado de um Estado de Direito. No momento em que escrevo esse texto (19 de outubro), não sei o que será dessa semidemocracia e desse “estado de direito” depois do dia 28 do mesmo mês. É muito possível que quando este texto estiver sendo lido, estejamos nos preparando para enfrentar um governo de características fortemente autoritárias com resultados e consequências imprevisíveis, assim como também é possível que sua candidatura tenha sido cassada, que as eleições tenham sido anuladas, que o candidato da oposição vença, ou que estejamos vivendo sob um estado de exceção fruto de uma intervenção militar (pode até ser que esse texto nunca seja publicado). Como saber, numa conjuntura tão intensa como essa?

Mas precisamente pelas circunstâncias graves que vivemos, é mister re-

lembrar que o nascimento do SINASEFE há 30 anos não é uma coincidência. Em 1988 estávamos vivendo os primeiros anos da democratização. O nosso sindicato surgiu na aurora da democracia, depois de uma longa noite de silêncio e dor.

Durante o começo da ditadura militar, todas as lutas dos trabalhadores foram reprimidas. Entre 1964 e 1968 praticamente não tivemos greves, a última antes do ocaso da ditadura, foi a luta dos trabalhadores da Cobras-

ma, em Osasco-SP, que foi duramente reprimida. Depois disso o regime se fechou radicalmente, as greves foram efetivamente proibidas, a organização sindical combativa inviabilizada. Lutadores da juventude pegaram em armas, foram torturados e mortos até quase o extermínio.

A ditadura e os de cima, depois de golpear com contundência as organizações dos trabalhadores e assassina-rem nos porões da tortura nossa juventude mais

sonhadora, acharam que haviam finalmente “extirpado o mal” da sociedade brasileira. Até que em 1978 como flores que nascem nas frestas do asfalto, surge o Novo Sindicalismo a partir das metalúrgicas de São Paulo. De lá, a avalanche de lutadores se fez notar em todas as categorias. Surgiram também as associações de moradores, a refundação da Une e a ascensão do movimento estudantil em todo o país.

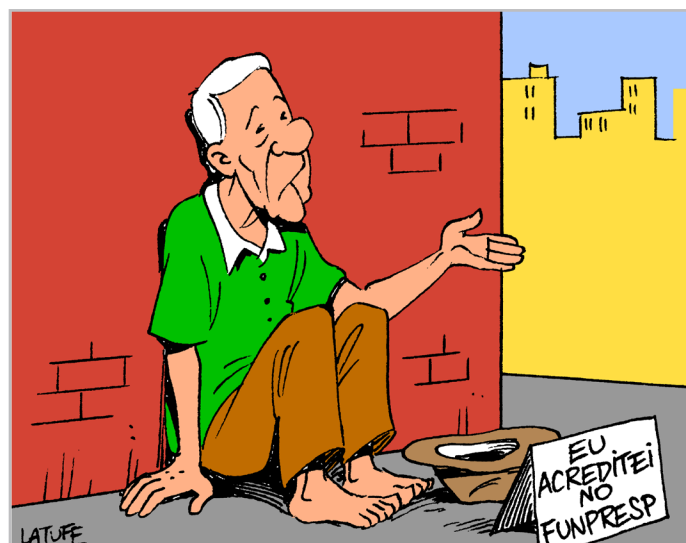
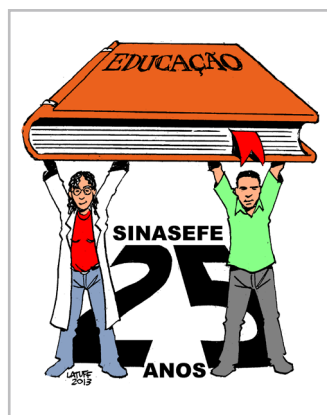
A luta dos trabalhadores, que pediam por salário e direitos sim, mas queriam muito mais do que isso, derrubou a ditadura. Torturadores e corruptos cínicos se recolheram então sob às asas da Lei da Anistia para se safarem do mar de lama e corrupção que foram os 21 anos de governo militar.

Independente de qual resultado seja o da eleição e suas escaramuças, nestes 30 anos de história, o

SINASEFE precisa olhar para o futuro e decidir o que quer ser. A opção de um sindicalismo recuado e preocupado em ser um mal menor para a categoria vai estar aberta, é isso que faremos?

Carlos Alberto Brilhante Ustra estará com Bolsonaro em seu governo (se for o caso) ou com os seus bolsomínios protofascistas que invadirão nossos espaços de atuação para nos oprimir

e intimidar. Que estejam em nós, nesse momento da história, a alma e a força de todos os estudantes que pegaram em armas, toda a dignidade dos sindicalistas que enfrentaram os patrões nas décadas de 70 e 80, o sonho dos lutadores de todas as eras. E se tivermos a grandeza de colocar nossa humanidade nessa luta, que um futuro de paz nos ilumine depois dessa intensa e tenebrosa chuva.



AS LUTAS DO SINASEFE NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

As lutas do SINASEFE NACIONAL e da seção sindical Cuiabá-MT nesses últimos 30 anos foram muitas. A história da minha vida de servidor federal, da ETFMT ao IFMT, coincide com a minha militância no SINASEFE NACIONAL e na base.

Na ETFMT militei no movimento estudantil através do Grêmio Livre. Fui fundador e o primeiro presidente do Grêmio Estudantil Nilo Peçanha dos alunos da ETFMT, em 30 de maio de 1987. Ávido pelos princípios democráticos e na luta pela retirada do entulho autoritário da ditadura, conseguimos que os alunos da então ETFMT participassem da escolha do diretor geral da instituição com direito ao voto. Participei também, ativamente, de várias lutas de âmbito nacional, dentre elas a discussão sobre a reforma da Lei de Diretrizes e Bases da Educa-

ção (LDB) e da elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), proposto pela sociedade brasileira em 1997.

Na ETFMT fui eleito por dois mandatos consecutivos presidente da seção sindical Cuiabá-MT. Nesse período, fomos incisivos na defesa dos servidores por melhores condições de trabalho, contra a estadualização da Rede Federal e a expansão da Rede somente através dos municípios.

No período em que estávamos à frente do Sinasefe Cuiabá-MT também fui eleito secretário jurídico do SINASEFE NACIONAL. Na pasta, escrevemos e aprovamos uma tese no 9º CONSI- NASEFE, abrindo o nosso estatuto para filiação não só de seções sindicais, mas de sindicatos com base estadual. Com isso foi possível a filiação do sindicato que representa os servidores do Colégio Pedro II (Sinds-

IVO DA SILVA



É TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E TRABALHA COMO PEDAGOGO NO IFMT. É SERVIDOR DA REDE FEDERAL E FILIADO AO SINASEFE DESDE O ANO DE 1992.

cope-RJ) e dos sindicatos estaduais dos servidores da Rede Federal de Goiás (Sintef-GO) e da Paraíba (Sintef-PB).

Fomos os pioneiros na visita e na filiação dos servidores da educação dos ex-territórios no SINASEFE. Fizemos uma viagem com uma kombi branca da entidade na maioria dos municípios de Rondônia (praticamente uma expedição à época) e abrimos seções sindicais que hoje repre-

sentam uma importante base do nosso sindicato naquela região.

Nesse período em que eu estive à frente da pasta jurídica do SINASEFE, destaco a criação da seção sindical de São Gabriel da Cachoeira-AM (quase 3 mil km de Brasília-DF) – três dias de barco de Manaus-AM até o município. Eu estive na assembleia de criação da seção e na primeira assembleia que deliberaram uma greve.

A Rede Federal está vivenciando a maior expansão de sua história. De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação (MEC) concretizou a construção de mais de 500 no-

vas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 643 campi em funcionamento.

A luta continua desigual, no entanto com grande potencialidade do SINASEFE se fortalecer

ainda mais com a filiação dos novos servidores dos Institutos Federais, em razão da expansão atual da Rede Federal e da contratação de novos servidores.

A estrutura do sindicato hoje é gigantesca,

nem se compara com a sede que tínhamos no Conic de 20 m² e uma pequena sala para realizar plenárias.

Tenho orgulho de pertencer ao SINASEFE.

Este sindicato me representa.



MEMÓRIA: O SINASEFE É A LUTA CONSTANTE

Este artigo é uma memória da Carreira Única dos trabalhadores e trabalhadoras em educação, é o resultado de 16 anos de trabalho do SINASEFE refletindo, discutindo e construindo um plano de carreira para as Instituições Federais de Ensino (IFEs).

O Plano Único de Carreira da educação é a proposta incubadora do SINASEFE. Em pouco tempo, junto aos companheiros e companheiras do Andes-SN e da Fasubra, procuramos construir coletivamente nosso projeto. Esta construção foi possível com a Fasubra e resultou no Projeto de Cargos dos Técnico-Administrativos das IFEs, entregue ao Ministério da Educação (MEC) no dia 13 de junho de 2002, com apoio da Andifes, do Concefet, da Semtec e da Sesu.

A construção da Carreira Única foi possível

graças às participações das nossas seções sindicais, que subsidiaram os debates, e das direções nacionais, que valorizaram o trabalho do GT Carreira.

A elaboração do projeto é a demonstração do quanto as antigas direções nacionais priorizavam o trabalho de formulação e proposição de nossa entidade. Sem o individualismo é sim um GT de base.

Fruto de nossa realidade da época, que procurarei mostrar aos companheiros e companheiras no breve histórico da composição do GT Carreira.

Construímos o Projeto de Cargos dos Técnico-Administrativos das IFEs, já citado, entendendo que este era o primeiro passo na construção da Carreira Única.

Assim o projeto comentado neste tem a

JOSÉ XAVIER DA SILVA FILHO



**É TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E
TRABALHA NO CAMPUS
OURO PRETO-MG DO IFMG.
É SERVIDOR DA REDE FEDERAL HÁ
31 ANOS E FILIADO AO SINASEFE
DESDE A FUNDAÇÃO DO SINDICATO.**

parte referente aos professores e professoras, que deverá ser objeto de discussão da categoria para aprimorá-lo (projeto original no site no SINASEFE).

A construção da Carreira Única tem que ser coletiva, o que significa que devemos negociar o projeto com outros atores: Andes-SN, Fasubra e MEC. Agora em uma nova conjuntura.

Seguimos a buscar um projeto de carreira

dentro dos princípios que o SINASEFE defende desde a construção da LDB, na luta acirrada contra o Decreto 2208/1997, revogado pelo governo Lula, de autoria e redação do SINASEFE, gerando o Decreto 5154/2004.

Buscamos o fortalecimento das IFEs como espaço democrático de discussão, de produção e transmissão do conhecimento e de construção de cidadania junto ao crescimento dos traba-

lhadores e das trabalhadoras em educação, agentes políticos que são da construção de um sistema federal de ensino que entendemos ser referencia do padrão nacional de qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão para o país.

Em mais de 500 anos de história, a relação que o Estado brasileiro manteve com os servidores públicos sempre foi clientelista e autoritária. Iniciou com a “doação” dos títulos de nobrezas e das capitânias hereditárias em troca de dinheiro e submissão, permanecendo este “espírito de servir” como a característica predominante dos servidores do Estado, quer na monarquia, quer na república.

No final do século XIX e início do século XX, começaram a surgir os movimentos de contestação dos trabalhadores e das trabalhadoras com a chegada dos anarquistas e dos comunistas da Europa.

No período de Vargas (1930-1934) a Associação dos Servidores Públicos de São Paulo apresentou um substitutivo ao Anteprojeto de Constituição contendo, entre outros pontos, planos de carreira, aposentadoria integral e concurso público.

A Lei do “Reajustamento” (284/1936) instituiu o Plano de Classificação de Cargos e o concurso público. A partir do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), que surgiu como decorrência da Lei 284/1936, surgiu, em 20/10/1939, o primeiro estatuto dos servidores públicos civis da União, que incorporou o plano de cargos anterior. Este estatuto era um instrumento de controle da organização dos servidores e servidoras e discriminava a maioria da categoria, formada pelos contratados e contratadas. Somente os estatutários e estatutárias tinham direitos como férias, aposentadorias e outros.

Em 28/12/1952 surgiu o segundo estatuto dos servidores públicos civis da União, que abriu a possibilidade de um plano de classificação de cargos e foi sancionado em julho de 1960 por Juscelino Kubitschek.

A ditadura militar editou o Decreto 200/1967, que adaptou a administração civil ao regime militar, criando a administração direta e indireta no serviço público. Estes dois regimes de contratação, a CLT e o estatutário, perduraram até a Lei 8112/1990 - O Regime Jurídico Único (RJU), atual até hoje.

Na segunda metade do século XX surgiram as primeiras associações de servidores públicos, que tinham uma ação meramente assistencial até a década de 70, quando há a conscientização política destes trabalhadores e trabalhadoras com início da reconstrução democrática do país.

As associações começaram a fazer política e a luta das categorias numa perspectiva de luta de classe.

Os servidores públicos federais, nos diversos órgãos e entidades, participaram dos movimentos da construção

da Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, que garantiu nosso direito de livre organização sindical, definiu o Brasil como Estado Democrático de Direito e garantiu o direito de greve a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Em 1988 criamos o SINASEFE. Nossa primeira disputa foi pela defesa do estatuto básico dos servidores públicos federais, seguindo-se à conquista do Regime Jurídico Único (RJU) e das Diretrizes de Planos de Carreira (DPC) para o funcionalismo federal. Estas discussões ocorreram tanto nos encontros da Secre-



taria da Administração Federal (SAF), com os dirigentes (CNDP), e nas comissões do MEC onde participamos. Como discutíamos dentro de cada entidade de forma isolada, nossa intervenção era desarticulada, o que muito serviu ao governo.

Passamos a nos articular com a criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF), na discussão da carreira única para o serviço federal (proposta defendida pela Condsef) ou na proposta da carreira por ramos de atividade, o que nos aproximava da

Andef, Andes-SN e Fasubra desde o PUCRCE em 1987. Graças à nossa intervenção, o relator do projeto de DPC, senador Cid Sabóia, “engavetou” o texto.

Em 1992 o MEC criou um grupo de estudo sobre carreira com Andef, Andes-SN, CNDP, Fasubra e SINASEFE. Nosso sindicato, que vinha trabalhando este tema desde sua criação, formou um GT para acompanhar esta discussão com as seções sindicais de Natal-RN, Ouro Preto-MG e Pelotas-RS. Estava consolidado nosso GT Carreira.

Ainda em 1992, o 7º Conselho de Represen-

tantes Sindicais (CRS) deliberou por analisar as propostas de carreira solicitadas pelo GT e enviadas pelas seções, e compará-las às propostas apresentadas por Andes-SN e CNDP e o PUCRCE. A seção sindical Pelotas-RS foi designada para executar esta tarefa.

Em 1993 o governo articulou um projeto de DPC que não nos era favorável e elaboramos uma proposta baseada nos princípios da Carreira Única que vínhamos trabalhando com a Fasubra desde 1989 e do projeto “engavetado” no Congresso. Surgiu o projeto “guarda-chuva” que assegurava um núcleo com a carreira dos trabalhadores e trabalhadoras em educação dividida em três subgrupos: a carreira técnica-administrativa, a carreira docente e a carreira dos cargos e funções de confiança. Este projeto teve dois complicadores: a posição do Andes-SN, que quis submetê-lo às suas instâncias decisórias, que posteriormente não aprovou o projeto, e a CNDP, que incluiu no projeto os servidores e servidoras do MEC.

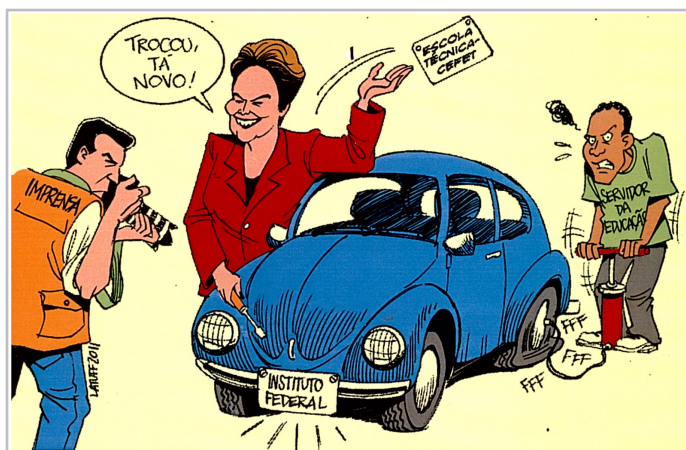
Em 1994, o Congresso de Natal-RN e a Plenária Nacional de dezembro aprovaram o projeto de Carreira Única que o GT apresentou.

Ainda em 1993 aconteceu uma das maiores e mais importante greves, que consolidou a CNESF como interlocutora dos servidores e servidoras federais junto ao governo.

Em janeiro de 1994, o governo Itamar Franco cobriu as perdas salariais com um aumento de 192,96%, pago em duas parcelas, e criou, por portaria ministerial, a comissão que deveria discutir isonomia entre os Três Poderes, sendo este o primeiro canal de negociação do governo com o funcionalismo federal. Nesta mesa éramos suplentes da Fasubra e participamos da mesma durante todo o processo.

Após a greve, junto à Fasubra, trabalhamos uma pauta cujo eixo principal era a reestruturação dos cargos do PUCRCE em cinco grupos e dentro da nova malha salarial, que chamamos de rehierarquização, procurando sanar o desmonte que a carreira técnica-administrativa sofreu com a Lei dos Agentes de Portaria. Nossos GTs priorizaram este projeto junto ao MEC e à Andifes.

A comissão de isonomia produziu a relatoria da primeira etapa do trabalho, que foi um acordo entre o governo



e o movimento sindical composto de três etapas a serem implementadas em 45 dias:

- A extensão ao funcionalismo federal dos 28,26% concedidos aos militares;
- A equiparação da GAE em 170%;
- A unificação das tabelas I e II do PUCRCE.

A unificação das tabelas foi o único ponto atendido, com a edição da Portaria 474 – que republicou a tabela II, diminuindo a distância entre as duas tabelas.

Em janeiro de 1995, entrou FHC, trazendo os princípios do estado mínimo, que não constrói a cidadania dos servidores e servidoras e nem respeita a cidadania da população.

Com a publicação da MP da URV, em 28/02/1995, tivemos nossa primeira perda econômica de 3,17%.

Outra grande derrota que tivemos foi a declaração, pelo STF, de inconstitucionalidade da negociação coletiva na administração pública.

Apesar das derrotas, nosso GT continuou seu trabalho e em nenhum momento o SINASEFE deixou de construir

o que para nós era um sonho: a Carreira Única para os trabalhadores e as trabalhadoras em educação.

O aumento da demanda com a construção da Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira (LDB), da Reforma da Educação, do Plano Nacional de Educação (PNE), entre outros, levou a Plenária Nacional de 13/03/1996 a ampliar os GTs, criando o GT de Políticas Educacionais e Culturais.

O CONSINASEFE de Goiânia-GO deliberou que os GTs deverão trabalhar com um núcleo central de cinco pessoas, dois eleitos em Congressos não-eleitorais e os três diretores da coordenação de pessoal. Por mais de 16 anos de estudos e apresentação de propostas, era um grupo técnico do SINASEFE. O GT Carreira era formado pelos companheiros Francisco Carlos Brongar (Pelotas-RS), José Xavier da Silva Filho (Ouro Preto-MG) e pela companheira Tânia Guerra (Pelotas-RS), que trabalhou desde a criação do mesmo até a publicação do PCCTAE.

Com a greve de 1998 tivemos nove reuniões, onde a rehierquização voltou à mesa, sendo que o MEC não aceitou fazer o debate.



Na greve de 2001 voltamos ao MEC com nosso projeto. Houve do MEC (Sesu e Semtec), da Andifes e do Concefet (o Condaf nunca apareceu) o reconhecimento de que o cargo único para os técnico-administrativos era a solução para uma carreira cujo diferencial é ser instrumento gerencial da política de recursos humanos, que contempla o crescimento do servidor e da servidora e o desenvolvimento da instituição com referência social.

Com um calendário que deveria ir de 25/10/2001 até 22/01/2002 construímos nossa negociação, que

culminou com a entrega do Plano de Cargos para os Técnico-Administrativos em Educação, em 13/06/2002, por conta da morosidade e da falta de vontade do governo em cumprir sua parte no acordo.

Com esse artigo, mostro que o SINASEFE chegou aos seus 30 anos com muita luta. Não é um sindicato novo, é um sindicato que devemos analisar toda a luta do passado e fazer a união dos companheiros e companheiras que entraram na Rede Federal com os que estão na luta desde as escolas técnicas, escolas agrícolas e suas Uneds.

AS LUTAS DO SINASEFE NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

O SINASEFE tem como luta unificada e objetivo fundamental de sempre buscar junto da categoria os que lhes representam, juntamente com os interesses fundamentais que são os direitos dos cidadãos, como a educação e o trabalho para todos, sem distinção de raça, cor e etnia.

Como trabalhadora desta instituição durante estes longos anos, penso que o princípio, visão e missão do SINASEFE foi sempre manter o compromisso e buscar o comprometimento unidos na luta da categoria dos trabalhadores federais e suas organizações dentro da luta de classes. Foi se destacando com o movimento sindical durante estes 30 anos e de certa forma me sinto privilegiada em fazer parte desta linda história, pois em 5 de maio de 1994 fui admitida no SINASEFE NACIONAL, no cargo de secretária, fazendo um pouco de tudo. Depois de uma semana da minha

contratação, tive o prazer de participar como trabalhadora do SINASEFE da primeira greve nacional dos trabalhadores federais.

Posso dizer que o SINASEFE, durante estes 30 anos, desenvolveu uma política sindical de grande importância, onde trabalhadores federais acreditaram e foram às ruas para correr atrás dos seus direitos.

Em meados de 1994, o SINASEFE tinha mais ou menos 12 mil filiados. Hoje está com 28.590 filiados, um avanço espetacular. E com base neste crescimento, o SINASEFE acreditou que lutar com a união dos trabalhadores federais traria grandes êxitos à categoria. Através destas lutas e da união dos trabalhadores federais, conseguiram alguns direitos: Plano Bresser, Plano Collor, URV e os 28%, ou seja, conquistas com a organização e a união dos traba-

lhadores que acreditaram no poder da luta.

O SINASEFE é um sindicato democrático e que luta para que todos

alcancem os mesmos ideais. Sinto gratidão e apreço ao SINASEFE por me permitir o espaço nestes 30 anos de lutas desta instituição.

LÚCIA MARIA DOS SANTOS



FOI SECRETÁRIA DO SINASEFE DE 1994 A 2006 E HOJE ATUA COMO ASSISTENTE ADMINISTRATIVA NA SEDE DO SINDICATO, EM BRASÍLIA-DF.



AS LUTAS DO SINASEFE NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

Gosto de contar histórias e tenho lembranças muito nítidas, por exemplo, de uma greve em 1998 (se não me falha o ano).

Nesses tempos extremamente conturbados, de preocupação e mesmo de medo do que se desenha no horizonte político, ainda nos restam lembranças da garra e da luta que travávamos para nos impor e reivindicar direitos como reajustes salariais, planos de carreira e liberdade.

Mais liberdade de nos expressar, de fazermos greves, de nos manifestar. A democracia estava engatinhando, era o segundo governo eleito pelo voto direto e democrático, era o governo

FHC. O SINASEFE também estava se formando, a luta era aguerrida, a base, mesmo pequena, se movimentava com a capacidade de um gigante, se impunha diante dos grandes sindicatos com verdade e autonomia.

Tínhamos divergências sim, o que era e é bom, mas na hora de partirmos ao movimento de rua, ao enfrentamento contra os soldados, aos acampamentos, às negociações, havia o ponto comum, aquele que agregava, aquele pelo qual lutávamos, pelo qual abríamos mão da vida pessoal, da vaidade e dos egos inflados: a categoria, os trabalhadores que representávamos e outros também.

LUCRÉCIA HELENA IACOVINO



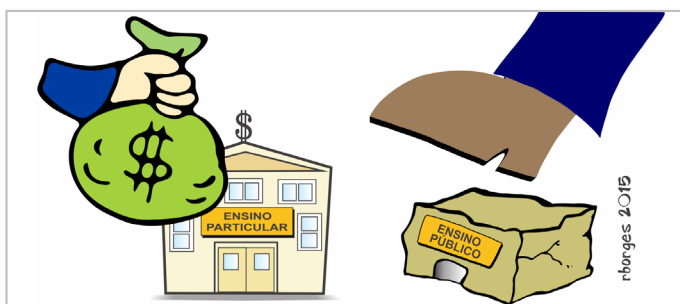
**É TÉCNICA-ADMINISTRATIVA
APOSENTADA DO COLÉGIO PEDRO II.
ATUALMENTE OCUPA O CARGO DE
SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO
DO SINASEFE.**

Era uma onda. Nossa voz, a voz do SINASEFE, era uníssona. Nossa palavra de ordem era a do trabalhador. Nossas vitórias eram compartilhadas coletivamente e nossas derrotas também. Não procurávamos culpados, refletíamos e entendíamos que precisávamos mudar a tática e a estratégia, era um aprendizado, e juntos seguíamos para mais uma batalha até atingir nosso objetivo.

Na distância do tempo podemos romancear, mas

aquele som das ruas, das palavras de ordem, aquelas falas cheias de empolgação, aquela certeza que era preciso crescer e conquistar novas bases e chamar mais companheiros pra luta, está marcado nas nossas mentes e nos nossos corações.

Hoje vejo esses companheiros, valorosos companheiros que, mesmo não estando no mesmo coletivo, nos reconhecemos através das rugas e dos cabelos grisalhos e dizemos, ainda, a luta continua.



A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DE UNIFICAÇÃO DA LUTA

**MANOEL JOSÉ
PORTO JÚNIOR**



É PROFESSOR DO IF SUL-RS DESDE 1995, ONDE TAMBÉM FOI TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NOS ANOS DE 1992 E 1993. NOS ANOS EM QUE ESTEVE NA REDE FEDERAL, SEMPRE FOI FILIADO AO SINASEFE.

Neste breve artigo, procuro salientar as potencialidades organizativas do SINASEFE, como ferramenta para a luta de classes, a partir de sua característica de sindicato que consegue reunir servidores docentes e técnico-administrativos em educação de uma Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que é bastante heterogênea, tanto nos tipos e tamanhos de instituições constituintes, como na oferta de cursos de diferentes níveis e modalidades.

Em sua origem, da transformação da Fenasefe em sindicato, o que só ocorreu graças à possibilidade de sindicalização dos servidores públicos conquistada com a Constituição de 1988, herdou um conjunto de associações que abarcavam tanto docentes como técnico-administrativos, visto as escolas técnicas e agrotécnicas federais serem constituídas de

um número reduzido de servidores, se comparadas com as universidades. Nas universidades existiam o Andes e a Fasubra, respectivamente, para organização dos professores e técnico-administrativos, apesar de a Fasubra também aceitar a filiação de professores. Andes, Fasubra e Fenasefe já possuíam uma história de lutas reivindicatórias, incluindo greves, paralisações, mobilizações, além de atendimentos jurídicos em causas trabalhistas, apesar das limitações legais do estado autoritário. Mas sem dúvidas, ultrapassar o limite do trabalho associativo para a construção do sindicato foi um processo difícil e rico, mediado pela correlação de forças na luta de classes, em um momento em que, passado o período de avanços responsável pela abertura política, implementa-se o projeto neoliberal e de Reforma do Estado, com Collor e FHC, entremeados por Itamar Franco

– único momento de algumas conquistas significativas para os servidores mobilizados na década de 1990.

No caso do SINASEFE, enfrentou o despertar de um movimento docente separatário, representado pela Andef, que buscava reunir os professores. Em seu processo histórico, a Andef transformou-se em Sintef, buscando a sindicalização de técnico-administrativos nas localidades em que possuía significativa repre-

sentação dos professores. Com os avanços organizativos do SINASEFE e a partir de discussão das próprias bases do então Sintef – que havia superado na prática sua posição de representar somente uma parcela dos servidores – tivemos o ingresso no SINASEFE de seus sindicatos, inclusive de organização por estados, equivalentes às seções sindicais.

Importante também foi o ingresso do Sindscope-RJ nas bases do SI-

NASEFE, estabelecendo uma unidade com consequências para a formação de uma identidade, que começa no movimento sindical para apenas mais tarde se tornar orgânica com a criação de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A luta pelos direitos dos servidores da educação dos ex-territórios e dos colégios militares contribuiu para o alargamento da represen-

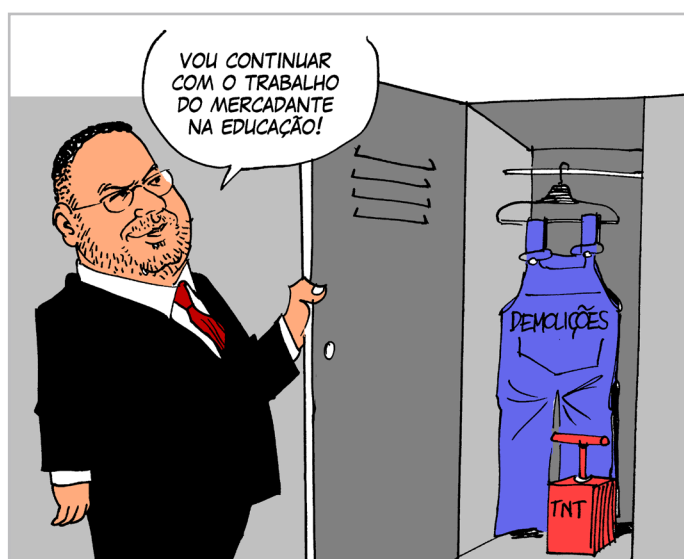
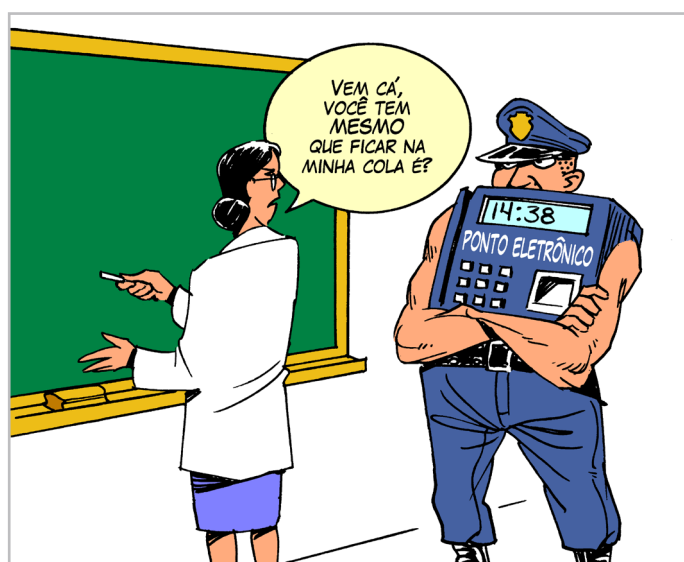
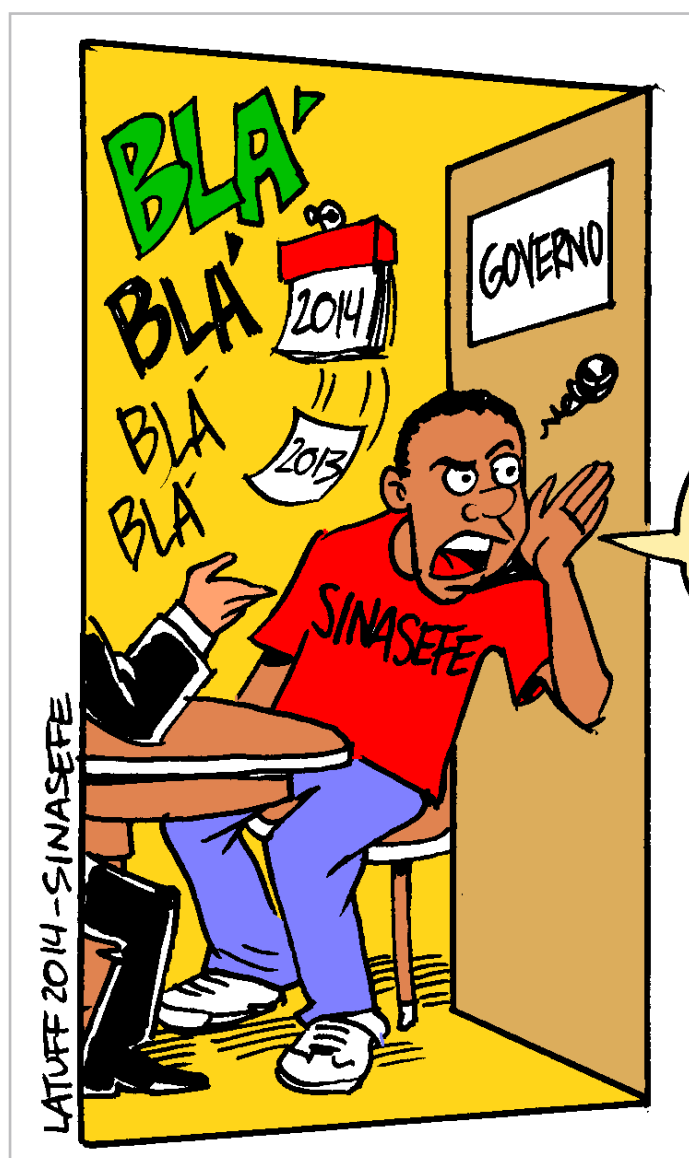
tação sindical de nossa entidade. A expansão da nossa Rede trouxe um desafio organizativo que vem sendo enfrentado, com diferentes graus de efetividade, trazendo novamente discussões referentes à divisão entre docentes e agora, corretamente denominados a partir do PCCTAE (conquista da luta!), técnico-administrativos em educação.

A capilaridade de nosso sindicato no territó-

rio nacional, somada à importância e qualidade verificáveis da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, potencializam o SINASEFE como ferramenta da classe trabalhadora. A partir da superação de disputas internas infrutíferas, temos que novamente superar ideias de divisão da categoria. Na verdade, isso deveria extrapolar os limites de nossa Rede em busca de um sindicato unitário da educação

federal. Mas sabemos dos limites para sua realização, pelo menos no médio prazo, mesmo que a dura realidade nos remetesse a isso de forma urgente.

A luta central pelo ensino médio integrado articulado com um projeto político autônomo de país, não negando outras possibilidades formativas de nossa Rede, deve ser nosso referencial, capaz de se tornar uma bandeira da classe trabalhadora.



SINASEFE: AVANÇOS E RETROCESSOS

O SINASEFE se constituiu historicamente de maneira pragmática com uma concepção muito avançada de organização sindical, qual seja a organização dos trabalhadores federais da educação básica, profissional e tecnológica por local de trabalho com uma estrutura democrática que permite ao filiado, por intermédio único da assembleia de base, participar de todas as instâncias deliberativas da entidade sindical.

Enuncia em seu estatuto princípios e compromissos como: “defender que os servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica se organizem com total independência frente ao Estado e às instituições de ensino, mantendo a sua autonomia frente aos partidos políticos ou a qualquer outro tipo de organização da sociedade civil, devendo decidir livremente suas formas de organização, sindicalização e sustentação ma-

terial” e “lutar pela unificação internacional da classe trabalhadora, visando à construção de uma sociedade socialista”.

Embora conste dos estatutos, o fato é que por vários momentos o SINASEFE ou atrelou-se na política desenvolvida pelas outras entidades da educação, ou tentou se imiscuir nos governos de conciliação de classe. Só a título de ilustração, levou mais de uma década para filiar-se à CUT e à CEA, e no 16º CONSINASEFE (2002) ofereceu-se a participar do governo Lula.

O SINASEFE teve um papel definitivo na democratização da escolha dos dirigentes das instituições federais de ensino da sua base. Durante a década de 1990, tínhamos a chamada lista tríplice com indicações partidárias dos dirigentes das instituições, fato que ainda ocorre em várias autarquias e estatais. Neste contexto, travou-se

MARCOS DORVAL SCHMITZ



É TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E TRABALHA NO CAMPUS SÃO JOSÉ-SC DO IFSC. É SERVIDOR DA REDE FEDERAL E FILIADO AO SINASEFE DESDE O ANO DE 1994.

vários embates e campanhas e hoje, sem entrar no mérito da escolha de que cada um faz de seus dirigentes, temos eleições diretas com nomeação do mais votado para reitor. Obviamente ainda não avançamos o suficiente, como por exemplo, a discriminação dos técnico-administrativos que não podem ser reitores e, dependendo do cargo, sequer diretores de campus.

Outro avanço significativo foi a criação da carreira dos técnico-ad-

ministrativos e o fortalecimento dos salários dos docentes. Chegamos a estes patamares de hoje pelas lutas travadas contra as gratificações produtivistas por meio das várias greves, bem como pelas opções políticas feitas durante as negociações que possibilitaram impedir o avanço da lógica produtivista para a base do SINASEFE, hoje praticamente instituída em boa parte do serviço público.

A falta de política sa-

larial de todos os governos desde o RJU cria com certa razão ilusões na nossa categoria que precisam ser esclarecidas. De um lado, ainda há uma certa ilusão no quanto mais isolado mais fácil é de negociar, fruto ainda da visão dos anos de 1980 de indissociação de Estado e servidor. Há outros, que ingressados a partir da expansão dos Institutos Federais (em boa parte vindos da iniciativa privada ou para o primeiro emprego), acreditam que a data-base re-

solveria os problemas da categoria. Enganam-se, pois a imensa maioria das greves são justamente no setor privado, onde há data-base. Por último, os que viram por meio das carreiras a única opção de recuperação salarial, apostam neste mecanismo frente à falta de uma política salarial, o que também é um erro, pois trata-se de questões distintas.

A partir de 2003 o SINASEFE empenhou-se em construir a luta da

classe trabalhadora, em 2005 é um dos fundadores da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), da qual fui o primeiro tesoureiro, e acredito que tenha sido um dos maiores acertos do SINASEFE no rumo do que define seu estatuto. Contudo, se as direções não assumem seu papel de levar as deliberações dos fóruns nacionais às instancias de base, não há como avançar. Temos hoje três grandes desafios:

- aumentar o índice

de filiação;

- fazer formação sindical;
- e construir com a categoria uma alternativa classista para o povo brasileiro.

Para tanto, precisamos romper ou atravessar os muros que nos cercam, superar a visão de categoria e participar efetivamente da CSP-Conlutas e da CEA, onde somos filiados.



A CONTRIBUIÇÃO DO SINASEFE PARA A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EPT NO BRASIL

MARCOS NEVES



É DOCENTE E TRABALHA NO CAMPUS FLORIANÓPOLIS-SC DO IFSC. É SERVIDOR DA REDE FEDERAL DESDE 1987 E FILIADO AO SINASEFE DESDE A FUNDAÇÃO DO SINDICATO.

Para além da pauta trabalhista o SINASEFE soube construir, nestes 30 anos de existência, uma pauta educacional que se tornou base para o desenvolvimento de uma proposta de política pública para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil.

Esta pauta educacional possibilitou ao SINASEFE participar ativamente do processo de articulação das entidades sindicais e científicas do campo educacional, particularmente na construção dos Congressos Nacionais de Educação (Coneds) na década de 1990 e do primeiro Plano Nacional de Educação em 1998 – “PNE da sociedade brasileira” – protocolado no Congresso pelo deputado Ivan Valente, possibilitando ao movimento sindical fazer um enfrentamento qualificado contra as políticas educacionais do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O principal fórum de formulação das políticas educacionais do SINASEFE foi e é o seu Seminário Nacional de Educação (SNE). Este espaço, por não estar marcado pelas disputas das estruturas internas, uma vez que estatutariamente não é uma instância deliberativa, constituiu-se num espaço sindical de diálogo franco e aberto sobre os problemas reais enfrentados pelos sindicalizados no “chão das escolas”. Tive a oportunidade, como secretário da pasta de políticas educacionais e culturais do SINASEFE, de organizar o 8º SNE, que ocorreu em 2013 na cidade de Natal-RN.

Os SNEs permitiram ao SINASEFE consolidar uma plataforma político-educacional, particularmente de EPT. Esta plataforma nos possibilitou dois movimentos, um externo e outro interno. Externamente ela possibilitou o reconhecimento social do sindicato como

um dos principais atores sociais na construção de uma política pública educacional de Estado para o Brasil. Internamente possibilitou a articulação da nossa pauta trabalhista com um projeto estratégico de poder popular, possibilitando um trabalho consistente de formação política das novas gerações de trabalhadores da educação.

O contexto de expansão e de novos concursos públicos na Rede Federal de EPT a partir de 2006

colocou uma nova geração de trabalhadores da educação no serviço público. Esta realidade impôs novos desafios ao SINASEFE, particularmente no trabalho de formação política. Temos hoje a necessidade de construção de um programa de formação política que possibilite o diálogo entre gerações de militantes sindicais, um programa que resgate a história das conquistas que atualmente estão incorporadas nas carreiras do PCCTAE e do

EBTT, contextualizando-as e indicando às novas gerações que não há direito e conquista que se mantenham sem luta cotidiana. Este programa deve resgatar a tradição de formação política que não separa a luta trabalhista da luta educacional, onde os nexos entre

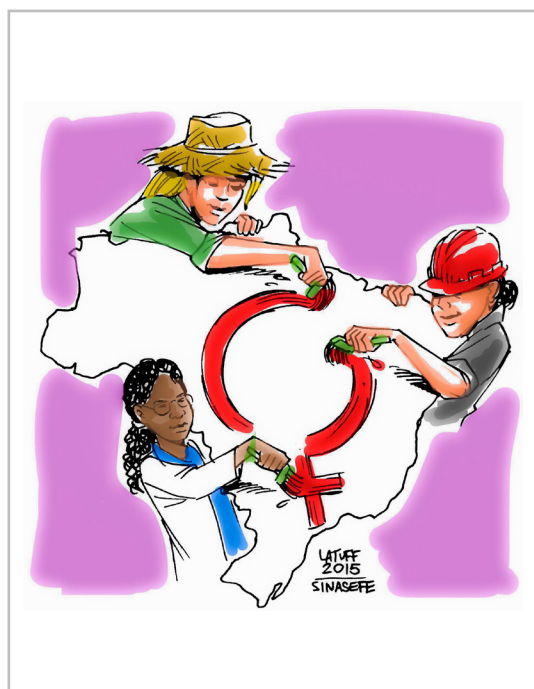
carreira e políticas públicas de Estado estejam explícitos.

É preciso superar uma tradição conservadora que vê o SINASEFE como “corretor da força de trabalho”, ou seja, para esta tradição o debate de carreira resume-

-se somente a ganhos salariais imediatos, não se compreende que cada vitória do nosso sindicato é parte das lutas dos trabalhadores brasileiros que exigem a superação das dívidas sociais, culturais, científicas e educacionais e a adoção de políticas públicas con-

sistentes para o Estado brasileiro.

Frente a estes desafios, eu desejo um feliz aniversário a todos nós e que venham mais 30 anos de lutas e vitórias!



AS LUTAS DO SINASEFE NOS ÚLTIMOS 30 ANOS

A organização dos trabalhadores federais só é reconhecida como sindical a partir da Constituição de 1988. Não podemos deixar de citar as associações de servidores que tiveram importante papel nas lutas dos servidores federais, pois durante a Assembleia Nacional Constituinte conseguimos inúmeros avanços para os servidores públicos.

Com o advento da Constituição Federal em 1988, as entidades de servidores públicos puderam, enfim, fazer os seus registros sindicais e serem reconhecidas como sindicatos. Com a nomenclatura Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), nossa entidade passou a representar os servidores das escolas técnicas federais e das escolas agrotécnicas federais.

O SINASEFE neste contexto teve um relevante papel, unindo duas categorias de servidores – docentes e técnico-administrativos – em um só sindicato. Esta foi a primeira luta encampada pelo SINASEFE, pois alguns servidores tentaram se organizar em uma associação (a Andef) e esta dividia os trabalhadores na base. Com trabalho e articulações políticas, prevaleceu a vontade da base e a Andef deixou de existir.

Em nível nacional, o SINASEFE sempre foi vanguarda na organização dos servidores públicos federais, participando ativamente da CNESF e viabilizando lutas conjuntas. Foram inúmeras batalhas travadas, inúmeras ações judiciais no sentido de preservar direitos e conquistar novos. O SINASEFE, por representar trabalhadores da área de educação, desempenhou importante papel

RICARDO EUGÊNIO FERREIRA



É TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E TRABALHA NO CAMPUS OURO PRETO-MG DO IFMG. É SERVIDOR DA REDE FEDERAL HÁ QUASE 40 ANOS E FILIADO AO SINASEFE DESDE O ANO DE 1989.

nas lutas por ensino de qualidade e enfrentou, no governo de FHC, a mais dura batalha, pois havia uma proposta clara de privatização da educação profissional. Municiado de equipes técnicas, mobilizações, articulações políticas e um grande envolvimento da base, o SINASEFE conseguiu segurar e depois derrubar, no início do primeiro governo de Lula, o Decreto 2208.

As lutas pela valorização dos servidores do-

centes e técnico-administrativos na melhoria de suas carreiras também merecem destaque. Em muitos momentos o SINASEFE chamou a categoria para greves e esta correspondeu, na maioria das vezes obtendo ganhos com as lutas encampadas pelos movimentos paredistas.

O SINASEFE sempre acreditou na unidade da classe trabalhadora e esteve ombro a ombro com outras categorias em muitas lutas, como

na greve dos petroleiros e na oposição às privatizações da Vale do Rio Doce e das empresas de telefonia.

Falando de lutas, não podemos deixar de citar nossas greves e destacar neste contexto as consideradas históricas. Na

época das associações, fizemos sete greves históricas de 1980 até maio de 1989. Após a Constituição a luta não parou e fizemos greves praticamente em todos os anos. As conquistas oriundas destas lutas foram inúmeras. Destacamos: a GAE de 160% (incorpo-

rada); a derrubada do Decreto 2208; eleições diretas e paritárias; reestruturações das carreiras; aumento do auxílio pré-escolar; aumento do vale alimentação; impedimento da privatização do ensino técnico federal; e inúmeros aumentos salariais.

Por fim, me sinto um privilegiado em ter participado de todas estas lutas. Tenho no SINASEFE a gratidão de em muitas oportunidades ter participado de direções nacionais, o que em muito enriqueceu a minha pessoa e me tornou um cidadão melhor.



30 ANOS DE LUTA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

*“O que foi feito, amigo,
De tudo que a gente
sonhou
O que foi feito da vida,
O que foi feito do
amor.”*

As palavras e os atos são de extrema importância no momento de avaliar a trajetória de luta de um sindicato e de uma categoria. Ao completar 30 anos de existência, o SINASEFE sempre se colocou ao lado dos direitos dos trabalhadores na educação e da classe trabalhadora como um todo. Isso nos credencia a poder olhar para trás e interpretar os diferentes momentos e as nossas estratégias, pois só assim poderemos olhar para frente e reorientar o leme.

É nesse sentido que o presente texto pretende analisar, de maneira pouco profunda, o período histórico no qual o sindicato surgiu e, ao final, apontar para algumas críticas necessárias ao de-

envolvimento de novos rumos para a nossa organização. Principalmente debatendo como a educação federal é alvo para os movimentos do capital e as possibilidades de resistir aos ataques.

1989, a Nova República

Após anos de ditadura, e da saída negociada via colégio eleitoral, o movimento social e sindical conseguiu se reorganizar de maneira legal no início da década de 1990. O SINASEFE é resultado desse momento histórico. Conhecido como Nova República, o período tem como fundamento estratégico a síntese programática no conhecido como programa democrático e popular. Nele a pressão do movimento social e sindical funcionaria como um braço de uma pinça que teria no outro a disputa eleitoral. A “teoria da pinça” teve sua realização na eleição de 2002, com a vitória de Lula da Silva.

RICARDO SCOPEL VELHO



É PROFESSOR DO CAMPUS ABELARDO LUZ-SC DO IFG. É SERVIDOR DA REDE FEDERAL E FILIADO AO SINASEFE DESDE O ANO DE 2005.

Antes disso, na década de 1990, durante os governos de Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique, os projetos relacionados ao movimento do capital foram encaminhados de maneira muito pragmáticas, com quase nenhuma negociação com o movimento sindical. O SINASEFE foi um representante da resistência nesses dias difíceis dos que lutam por direitos para a classe trabalhadora.

Depois da eleição de Lula, boa parte do movi-

mento sindical dirigido pela estratégia democrática e popular foi seduzido por negociações intermináveis com o governo e com a ilusão de que as condições de trabalho fossem melhorar. No mundo do trabalho real a vida dos trabalhadores, durante o ciclo de crescimento econômico, baseado na exportação de commodities e na ampliação de empregos de baixa produtividade, ficou muito pior. O endividamento das famílias foi ao extremo com o au-

mento de renda gerado pela assimilação no mercado de indivíduos historicamente excluídos da economia.

Com a crise econômica de 2008, a ilusão do pleno emprego e o alvoroço do consumo via empréstimos explodiu. Várias ações do governo petista tentaram em vão evitar as consequências para a economia brasileira. Em 2013, quando a população sai às ruas para reivindicar, primeiramente, melhores condições para o transporte público, as ilusões se esvaem. A rachadura aberta com as manifestações contra os governos acabou por ser usada pelos setores empresariais e financeiros para atacar as parcas políticas sociais implementadas pelo governo de conciliação de classes.

No interior da Rede Federal, mesmo com a grande ampliação do número de escolas, o que se deu foi uma expansão desordenada baseada na precarização do ensino. O SINASEFE foi importante na contramão da conciliação e realizou greves importantes para garantir o mínimo de investimentos em educação, atuando na elaboração de campanhas em defesa do investimento público para escola pública e não para a iniciativa privada. Contrapôs-se diretamente ao Pronatec,

o qual articulava o sistema empresarial com a Rede, deslocando as prioridades da educação integrada e com intuito emancipatório. E debateu fortemente as propostas de carreira, tendo vitórias importantes diante dos setores governamentais que queriam rebaixar os salários.

2016, o início do fim de um ciclo

Quando apresento uma avaliação crítica ao período de governos petistas é porque penso que aos lutadores se faz urgente uma percepção dos erros cometidos. Como afirmado antes, as manifestações de 2013 romperam com o manto de um governo imune às crises e, ao mesmo tempo, mostram para os setores do capital que a agenda e ataques à classe trabalhadora precisava se acelerar. O que com o governo petista demoraria muito, devido a sua natureza conciliatória. Daí surge a opção de encurtar, institucionalmente, o mandato presidencial.

Com a deposição de Dilma e a opção ultra destrutiva de Temer, o sindicato passa e assumir uma tarefa de retomar as agendas esquecidas durante o período de conciliação. Volta-se a enfrentar os problemas da luta de classes de frente, pois a aceleração dos ataques

vindos da Câmara Federal e do Palácio do Planalto não deram tréguas. Nesses dois últimos anos aprovou-se a legislação do Novo Ensino Médio, as bases nacionais curriculares, a lei da terceirização irrestrita, a Reforma Trabalhista, entre outros movimentos contrários aos interesses dos trabalhadores.

O que salta aos olhos e como o papel do Estado, tanto do período petista, como no de Temer é interpretado erroneamente por grande parte da classe trabalhadora. No senso comum, a questão fundamental da crise é a corrupção ou a má gestão. Esqueceu-se que o capital opera seus interesses por meio do Estado, seja com um governo conciliador ou com um governo de corte mais liberal. O que está em questão é a interpretação sob a ótica da luta de classes, ou seja, não é mais possível reivindicar um governo popular por dentro do atual Estado, pois ele está carcomido em suas entranhas pelos lobbies corporativos.

A retomada da autocracia com face democrática

A crise econômica apenas deu a luz ao real papel do Estado, qual seja: o de gerir os interesses da burguesia e seus subordinados no governo. Como a

solução ainda não foi definitiva, para o empresário nacional e mundial, a agenda de atrocidades aos interesses da classe trabalhadora continua. É nesse cenário que o ano de 2018 assume um papel de divisor de águas, pois nele aconteceram as eleições presidenciais mais esperadas desde a Nova República.

A Super-Nova-República, de 2018 em diante, acontece após a disputa entre candidatos à presidência de inúmeros partidos representantes de inúmeros setores sociais. Passando ao segundo turno um projeto repaginado da conciliação de classes, e outro, de corte nazifascista, ilustrado por um militar da reserva. O resultado final, o qual frustrou muitos militantes, põe em pauta a democracia como um mecanismo de legitimação do caráter autocrático do capital no Brasil. As classes dominantes do país sempre negociaram seus interesses com o imperialismo de plantão, atualmente o estadunidense.

Isso significa um perfil autoritário da burguesia brasileira? Não necessariamente, mas sim quanto ao capital em sua ânsia insaciável e incessante de acumular lucros. Ou seja, o resultado eleitoral deve ser buscado na raiz econômica das determinações da vida. A

população foi engabelada pela propaganda fácil e grudenta que combatia a corrupção e pregava a saída violenta para a questão da segurança. O setores retrógrados dialogam facilmente com essas pautas, pois isso o presidente eleito foi tão aplaudido pela elite e também por trabalhadores. O nosso erro, como movimento sindical, foi de acreditar que as reivindicações imediatas da classe sempre nos favoreceriam. Desconsideramos o trabalho de base das igrejas, dos bares, dos setores militares etc. E jogamos quase todas as nossas fichas na via eleitoral. Esse balaço histórico precisa ser realizado.

A educação e o sindicato no próximo período

Como apresentado até aqui, percebe-se que a economia capitalista exige do Estado um papel de moderador dos mo-

vimentos de expansão e retração do mercado no decorrer de suas crises periódicas. Quando o mercado precisou de educação pública, proporcionou a expansão, agora que as corporações educacionais querem abocanhar tal quinhão, tem-se uma tensão para privatização irrestrita das escolas.

O governo eleito já acenou para a extinção da Rede Federal, com a vinculação do ensino superior ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Além, é claro da cobrança de mensalidades em todos os níveis, com o aprofundamento da precarização.

Soma-se a isso a perseguição a qualquer atitude crítica na educação por meio das ações do conhecido Movimento Escola Sem Partido. Esses movimentos nos colocam

numa situação de construir a resistência ativa. Não podemos negar que vivemos uma derrota catastrófica para a classe trabalhadora, foram anos de luta perdidos em poucos meses e, além disso, a eleição de um presidente ultraconservador com apoio de amplas massas de trabalhadores.

O imaginário popular que colou na campanha bolsonarista precisa ruir para que nossas palavras de ordem façam sentido. Para tanto é urgente repensar a nossa estratégia. Não podemos mais ficar presos ao processo eleitoral. Ficou demonstrado que a Câmara Federal e as assembleias estaduais estão muito mais conservadoras, ou seja, foram eleitos deputados que farão a agenda do capital cantar como hinos de aleluia.

Nosso papel, ao comemorar os 30 anos do SI-

NASEFE, é recomeçar a dialogar com a categoria em seus locais de trabalho, demonstrar que cada ação do novo governo é para atender aos interesses econômicos e não para ajudar os pobres. No tocante à educação, não será difícil demonstrar como ficará mais difícil para o filho do trabalhador se manter pagando mensalidade, assim como não será difícil demonstrar o direcionamento do dinheiro público para os empresários da educação.

Devemos nos preparar para os embates, mergulhar em assembleias, em reuniões e em estudos que poderão indicar os novos rumos para o combate.

Como dirá Milton Nascimento, em canção eternizada por Elis Regina: "Se muito vale o já feito, mas vale o que será..."



UM SINDICATO QUE UNIFICA E ORGANIZA A LUTA DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS NO LOCAL DE TRABALHO

Comecei a militar no SINASEFE em 1995, enquanto convidado, já que minha base ainda não era filiada. Em 1997, já enquanto sindicalizado, participei de meu primeiro mandato na Direção Nacional (DN) do SINASEFE, na pasta de comunicação, responsável à época pela criação da primeira página da internet e do boletim semanal da entidade. No mandato seguinte, em 1999, iniciei como jurídico do sindicato e acabei o mandato, em 2001, como coordenador geral. Mas foi quando ocupei o cargo de coordenador geral (2000-2001, 2003-2005, 2005-2007, 2009-2011 e 2011-2013), ampliando a minha participação na gestão da entidade, que pude compreender a dimensão e o papel que este sindicato tem na luta unitária de trabalhadores e trabalhadoras, seja no serviço público, seja no conjunto da classe trabalhadora brasileira.

O que me atraiu para construir inicialmente o SINASEFE foi o fato de aglutinar em suas bases, por princípio, docentes e técnico-administrativos, impedindo a divisão da categoria no local de trabalho.

As companheiras e os companheiros que fundaram o SINASEFE, transformando, em 11/11/1988, a Federação Nacional das Associações de Servidores das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (Fenasefe) no Sindicato Nacional dos Servidores e das Servidoras Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), acertaram na política e no espírito do seu primeiro estatuto, tendo como princípios fundamentais a igualdade, a relação solidária e muitos dos conceitos presentes no movimento de construção da Constituição Cidadã de 1988. Não esqueçamos que outros setores da educação opta-

ram, na ocasião, pela divisão da base no local de trabalho.

A partir da lógica de unidade na base, o SINASEFE tem sido fundamental para a construção da luta unificada dos trabalhadores e das trabalhadoras do serviço público federal. O fortalecimento dessa unidade ocorre com o surgimento da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais

(CNESF), responsável pelas lutas do setor público federal contra os governos Collor, Itamar e Fernando Henrique Cardoso (2). Sobrevivemos a estes governos por conta dessa unidade na luta, durante aquela década de 90. Em 1993, quando participei da minha primeira greve, enquanto base do Colégio Pedro II, pude comprovar esta importância da CNESF. Estávamos em um período muito difícil, após dois

WILLIAM CARVALHO



É TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO COLÉGIO PEDRO II E FILIADO AO SINASEFE DESDE O ANO DE 1997.

anos de duros ataques do governo Collor, e, após o seu impeachment e um ano de governo do seu vice, Itamar, fizemos uma longa e dura greve, trazendo resultados importantes ao final: aumento da GAE, de 80% para 160%, passando a ser a maior parcela da remuneração; política salarial com aumentos bimestrais de parte da inflação do período e complemento dessa inflação ao final do quadrimestre; concessão de vale transporte e vale alimentação, que só alguns setores recebiam à época; além de concursos para alguns setores. Não há dúvidas de que tivemos avanços com aquela greve. Entretanto, a direita nunca dorme e já estava reconstruindo suas bases para um novo governo neoliberal.

Ao final do primeiro trimestre de 1994, surge o Plano Real e, ao final daquele ano, com um grande apoio popular, foi eleito Fernando Henrique Cardoso (FHC), responsável por muitos ataques posteriores ao conjunto do serviço público, sendo inclusive o responsável pelas adequações da economia brasileira ao projeto neoliberal, que se desenrolava em todo o mundo ocidental, capitaneado por EUA e Inglaterra.

A cada semana do novo governo FHC, fo-

ram publicados decretos e portarias, retirando direitos e implementando a lógica do estado mínimo, tendo como objetivo a terceirização, a privatização e a implantação das parcerias público-privadas nas áreas da saúde, do transporte, da educação e nas áreas estratégicas administradas por estatais.

No caso específico da educação básica e profissional, tivemos a redução dos quadros de servidores e servidoras, com um número significativo de aposentadorias e o Plano de Demissão Voluntária (PDV), bem como o congelamento dos salários por cinco anos e, logo a seguir, o descongelamento, por meio da política de gratificações produtivistas. Além disso, deu-se o fim da paridade entre ativos e aposentados. Naquele período, foi criado o projeto que diferenciava os setores em carreiras típicas de Estado e aquelas que não eram típicas de Estado. Foram dias difíceis, com a diminuição do orçamento das escolas técnicas e agrotécnicas, bem como a modularização do ensino e a retirada de mais de 56 direitos trabalhistas. Chegamos a ter, naquele momento, a terceirização de inúmeras funções nas nossas instituições: saúde, transporte, manutenção predial, alimentação e informática. Em relação aos docentes, chegamos a ter 50%

da força de trabalho com contrato temporário.

De 1995 a 2001 foram muitos os ataques, mas também tivemos muita resistência do movimento sindical. Apontamos como importante ação de resistência, para além das greves, a luta contra o Decreto 2208, que modularizava os cursos, bem como estabelecia uma redução e simplificava, de maneira destrutiva, nosso projeto educacional. Conseguimos derrotar aquele decreto e tudo o que ele representava: mercantilização do ensino profissional, o fim da formação integral de estudantes, bem como a abertura de cursos pagos e outras aberrações que ocorreram naquele período, conhecido como a “cefetização” da Rede. Enfim, levamos o debate para o Congresso e para a sociedade, e conseguimos impedir que o decreto se solidificasse enquanto projeto das nossas escolas.

Depois de toda a década de 90, com muitos ataques e uma forte resistência contra os governos neoliberais em nosso país, o SINASEFE promoveu, junto com Andes-SN e Fasubra, a maior greve já realizada pela educação federal. A greve de 2001 precisa ser registrada com muitos detalhes, pois durou 106 dias e conseguiu impor

a maior derrota ao projeto do estado neoliberal. Derrotamos a política de gratificações produtivistas, implantada desde 1998, restabelecemos a paridade entre docentes ativos e aposentados, garantimos a incorporação da antiga GAE ao vencimento básico dos técnico-administrativos, viabilizamos novos concursos públicos, suspensos desde 1995, bem como (re)impulsionamos os debates sobre carreira, nas bases e com o governo federal. Foi uma espécie de redenção, de “lavar a alma”, para quem havia passado por tantos ataques na década anterior.

Obviamente, com todos os ataques sofridos e as relações que construíamos com os parlamentares de PT, PCdoB, PSB e PDT, que defendiam nossos interesses e combatiam aqueles governos, nos aproximamos e tomamos partido, literalmente, na campanha de Lula à Presidência da República em 2002. Isso já tinha ocorrido nas duas eleições anteriores e era normal aquela defesa da candidatura do campo democrático e popular.

Lula vence as eleições e assume o governo em 2003, mas não resolve diretamente os nossos problemas, como alguns de nós já imaginávamos. Assume já atendendo aos compromissos com os

fundos de pensão e com as pressões do tal “mercado”, apresentando uma Reforma da Previdência que não estava nem prometida nem calculada por quem o apoiara nas eleições. Fizemos uma grande greve no conjunto do serviço público federal, mantendo a integralidade da aposentadoria, mas não conseguimos reverter as mudanças que hoje pautam os três modelos de aposentadoria existentes na nossa base.

Entretanto, mesmo com tal ataque, conseguimos restabelecer, ao final daquela greve, o compromisso do governo em discutir a nossa carreira, em conjunto com a Fasubra, com a implantação de um calendário para as negociações de uma carreira para os técnico-administrativos. Afinal, tínhamos um projeto de Carreira Única, construído desde a década anterior e aquela era a nossa principal bandeira.

As negociações e os avanços que defendíamos na década anterior demoraram por pouco mais de três anos de governo Lula. Em 2007, ocorre a mudança de rumo no comportamento e, consequentemente, nas negociações, pautando a nova política salarial a partir da reestruturação das tabelas docentes, por meio de gratificações e do fim da paridade entre ativos

e aposentados. O pior é que esta mudança contou com a conivência de alguns dos nossos dirigentes sindicais e das bases, já bastante renovadas pelos concursos realizados, que optaram por tabelas e valores da remuneração, pouco importando a política de longo prazo que defendíamos na década anterior.

Depois disso, só patinamos e não conseguimos mais avançar na direção do nosso projeto de unidade, de paridade e da Carreira Única. Estamos efetivamente, há cerca de 10 anos, ignorando os princípios presentes na gênese da criação do SINASEFE. Não temos pautado, desde então, enquanto elemento central da nossa luta, as nossas bandeiras históricas: política salarial, com data-base em janeiro, Carreira Única dos trabalhadores e trabalhadoras em educação e paridade entre ativos e aposentados.

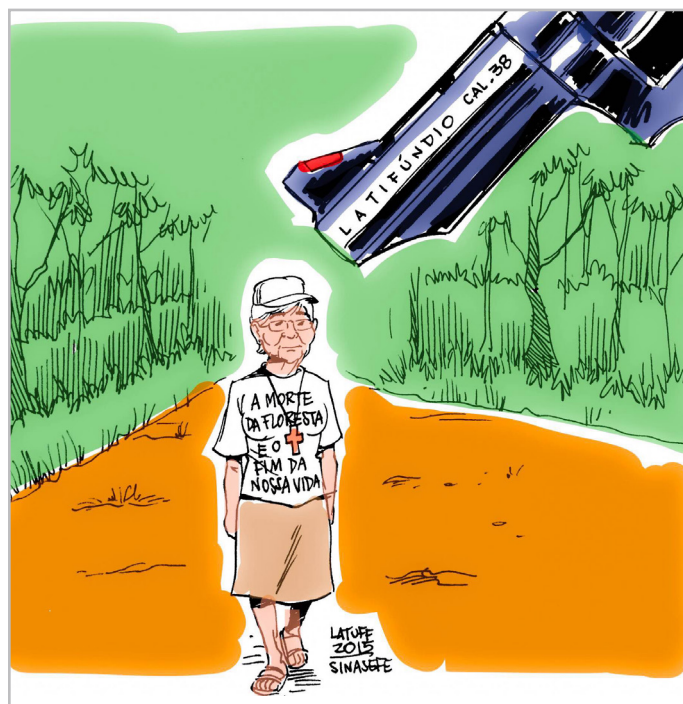
Somos parte integrante de uma grande Rede, transformada a partir de 2008. Aumentamos o número de escolas, de 100 para cerca de 600 campi, mas ainda não conseguimos ampliar as nossas ações, para que esta base, que pulou de 8 mil para 28 mil sindicalizados e sindicalizadas, possa entender a necessidade de não nos dividirmos nas nossas ações e negocia-

ções. Somos uma categoria só, com dois cargos, e não dois seguimentos distintos filiados a um mesmo sindicato.

Chegamos a trinta anos de existência! Devemos continuar construindo nossa organização, seja compondo ou não uma central sindical – já ajudamos a construir a CUT e hoje construímos a CSP-Conlutas –, reforçando e fortalecendo a construção unitária dos servidores públicos e das servidoras públicas, que hoje não ocorre de maneira eficaz pelo Fonasfe, como acontecia na época da CNESF. É evidente que, sem esta unidade na base do serviço público, não resistiremos como na década de 90.

Escrevo este artigo antes de ser realizado o segundo turno das eleições

mais importantes ocorridas em nosso país, mas uma coisa eu já posso afirmar, antes de saber o resultado: a partir de janeiro de 2019, independentemente de quem vencer estas eleições e assumir o governo federal, precisaremos de muita unidade e de um projeto que nos dê o norte de como resistiremos aos ataques que virão. Podemos ignorar toda a nossa trajetória e querer inventar a roda novamente, ou podemos ter, no nosso passado e na própria constituição do SINASEFE, elementos fundamentais para enxergarmos nosso futuro. Espero estar bem ativo para ajudar nesta construção e, quem sabe, com muita paciência para as diferenças que continuarão existindo em nosso meio, mas que só a democracia operária será capaz de aglutinar para a luta.



**Este material é uma publicação do
SINASEFE NACIONAL.**

Sindicato Nacional dos Servidores Federais da
Educação Básica, Profissional e Tecnológica
CNPJ: 03.658.820/0001-63

Direção Nacional – 2018-2020

Coordenação Geral

Carlos Magno Augusto Sampaio
Carlos David de Carvalho Lobão
Ricardo Scopel Velho

Coordenação de Administração e Finanças

Secretária Geral: Clarissa Maciel Cavalcante
1º Tesoureiro: José Luiz Papa
2º Tesoureiro: Paulo Rodrigo Alves dos Reis

Coordenação de Pessoal

Docentes: Silvio Sérgio Oliveira Rodrigues
Técnico-Administrativos: Aliomar da Silva
Aposentados: Isaías dos Santos

Coordenação de Comunicação

Secretária: Lucrécia Helena Iacovino
Secretário-Adjunto: Michelangelo Marques Torres

Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais

Secretária: Camila Tenório Cunha
Secretária-Adjunta: Ana Lopes Bastos

**Coordenação de Formação Política e
Relações Sindicais**

Secretária: Camila de Souza Marques Silva
Secretário-Adjunto: Bernardo Soares Pereira

Coordenação Jurídica e Relação de Trabalho

Secretária: Magda Medeiros Furtado
Secretária-Adjunta: Jeanne Rodrigues Bittencourt

Coordenação de Políticas para Mulheres

Secretária: Janaína Turcato Zanchin
Secretária-Adjunta: Dominique Calixto Martins

Coordenação de Combate às Opressões

Secretário: Felipe Oliveira Silva
Secretária-Adjunta: Cristiane Gonzaga Oliveira

Suplentes da Direção Nacional

1º suplente: Sady Salomão da Silva Alves
2º suplente: Weliton Cley Bispo do Rosário
3ª suplente: Thaís Araújo Louzada
4ª suplente: Alane Karine Dantas Pereira
5ª suplente: Luciana dos Santos Teixeira
6ª suplente: Leusa Fátima Lucatelli Possamai

Jornalistas responsáveis

Mário Júnior | MTE-AL 1374
Monalisa Resende | MTE-DF 8938

Arte e Diagramação

Flávia Destri Garcia

Fotos e imagens

Arquivo SINASEFE

Sede e redação

SCS, Qd 2, Bl C, Sls 109/110,
Edifício Serra Dourada.
CEP: 70300-902 | Brasília-DF

Contatos

(61) 2192-4050
imprensa@sinasefe.org.br

Autorizada a reprodução total ou parcial do
conteúdo, desde que seja citada a
fonte da informação.





FILIADO À

